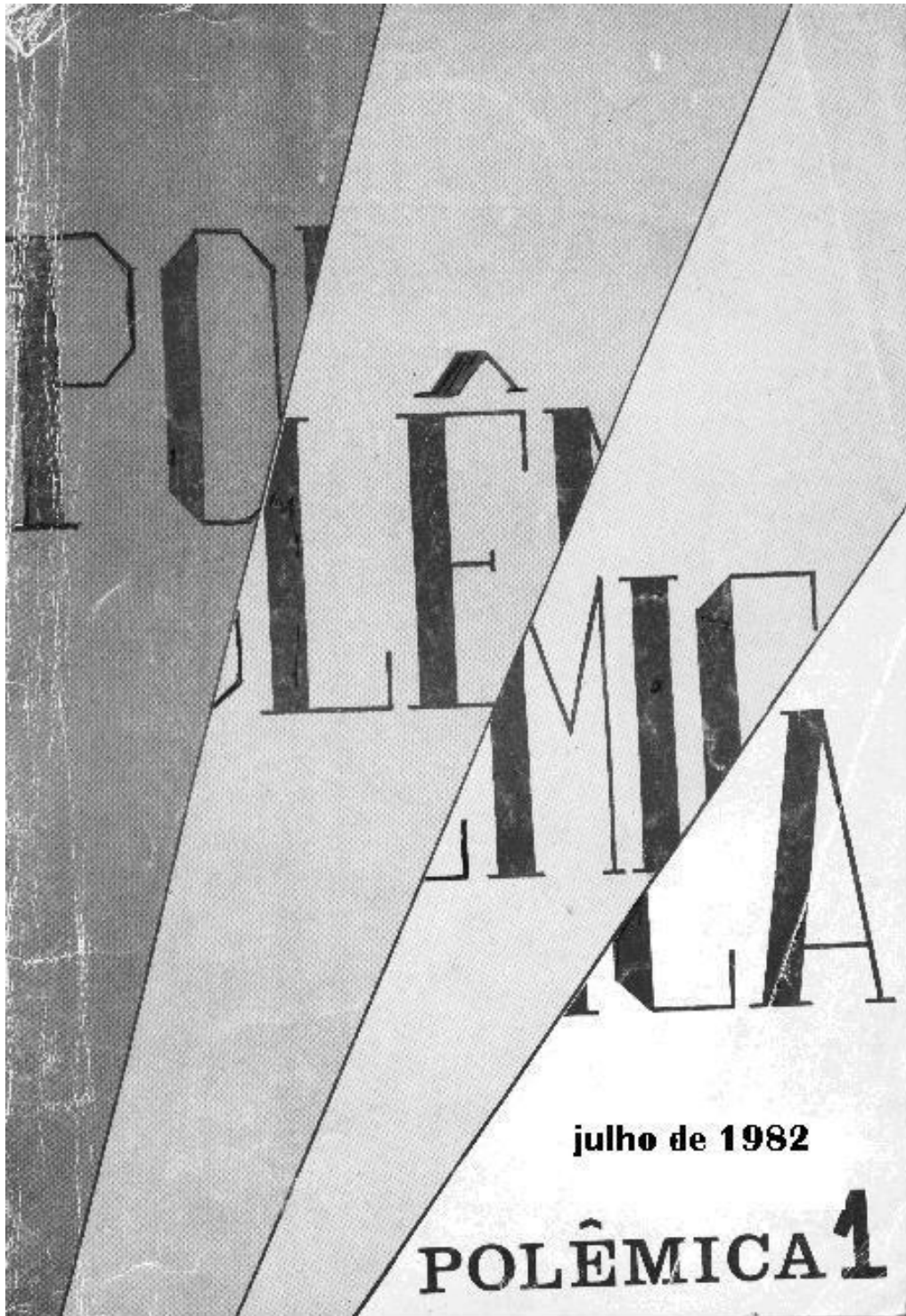


CVM CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

Projeto: Recuperação do acervo da ORM – Política Operária

REVISTA POLÊMICA 01

Documento publicado em: julho de 1982.
Documento digitalizado em: 15.11.2009
Fonte: Acervo Nixon Malveira



índice

- 3 Editorial

- 7 Partido, Vanguarda e Classe
Érico Sachs

- 23 Oposições Sindicais: Atuais e Necessárias
Cleodon Silva e Celso Mauro Paciornik

- 41 A Crise do Socialismo Polonês
Érico Sachs

- 55 As Contribuições e os Limites do P.T.
Sérgio Paiva

- 63 P.T., uma Ilusão Perigosa
José Luis Brum e Celso Mauro Paciornik

editorial

O debate revolucionário no Brasil, no que diz respeito ao socialismo e à revolução proletária, existe antes da fundação do PCB, em 1922. Pode-se dizer, porém, que ele só começou a atingir a maioria a partir de meados da década de 50 em diante. Para isso, influenciaram não só os reflexos da situação mundial - em especial o debilitamento da influência ideológica e política do stalinismo - como a própria evolução da sociedade brasileira e o acelerado crescimento de um proletariado industrial urbano que começou a pesar substancialmente nos rumos políticos do país.

Os grandes debates que foram travados na década de 60, atacando a questão da estrutura social e política brasileira, o caráter da sociedade, o caráter da revolução, as estratégias e táticas revolucionárias, se restringiram, em grande medida, às organizações de esquerda e à intelectualidade universitária. Ao nível do movimento de massas, talvez o único eco destas batalhas de ideias e projetos políticos tenha sido as manifestações do movimento estudantil da segunda metade da década.

Foi a época das múltiplas cisões do PCB, do crescimento do PC do B, do surgimento e fortalecimento da Ação Popular (AP) e da Política Operária (POLOP) e, só mais tarde, já por volta de 68, de novas cisões e recomposições destes organismos.

Na primeira metade da década de 70, o que se assistiu foi a destruição progressiva destes agrupamentos políticos pela ação repressiva sistemática da ditadura. Se não foi uma destruição física e total, ao menos foi a neutralização quase total de sua prática, de seu acesso ao proletariado e à pequena burguesia e, como consequência, foi a paralização e a decadência do debate teórico sobre as questões mais gerais da revolução brasileira.

A volta do movimento operário ao cenário político trouxe consigo a revitalização de antigos agrupamentos, o surgimento de novos, uma experiência de luta operária de grande diversidade e riqueza e fenômenos políticos sem paralelo na história do país, como o surgimento do Partido dos Trabalhadores. No espaço aberto pelas lutas e pelo projeto da "abertura", a luta

ideológica ganhou novo impulso, multiplicaram-se os jornais alternativos, aconteceu uma certa polarização de forças da esquerda. Mas o fato especialmente novo foi a oportunidade da nova esquerda, surgida naquele momento mencionado, ter sua primeira oportunidade de acesso á massa operária com suas ideias e projetos.

O propósito desta revista é ocupar um espaço novo dentro deste debate, espaço este ainda não preenchido por nenhuma das tendências organizadas que falam e publicam abertamente suas ideias.

Nosso ponto de partida é a aceitação do marxismo revolucionário como guia maior para pensarmos hoje as necessidades e objetivos do proletariado rumo à revolução socialista. No entanto, esta não é uma revista "de Partido". É uma revista de debates. Mesmo uma leitura ligeira dos textos deste primeiro numero já indica as divergências que separam os colaboradores.

Existe concordância, porem, em objetivos programáticos e estratégicos gerais, na necessidade do fortalecimento de um movimento operário independente, orgânica e politicamente, da burguesia e da ideologia burguesa, na necessidade de construção de um partido revolucionário dos trabalhadores que enraizado no movimento operário seja guardião, defensor e praticante destas ideias. E, mesmo estes pontos gerais de unidade, são também objeto de nosso debate.

Numa delimitação bastante genérica e provisória, diríamos que os objetivos principais deste debate que a revista vai levar, são o conhecimento da realidade brasileira e internacional, a identificação dos problemas que o movimento revolucionário socialista enfrenta no mundo e no Brasil e a procura e afirmação de definições programáticas, estratégicas e táticas para o momento presente.

É uma revista militante no sentido que seus autores não são apenas "pensadores políticos" mas sim militantes comprometidos com a causa proletária. O debate em questão não se destina apenas a "clarear as ideias" mas sim identificar posições, convergências e divergências e contribuir efetivamente para a formação política e militante da fração revolucionária no

movimento.

É uma revista de circulação restrita e não ampla. Adotamos este critério por considerar que, apesar da "abertura" e da ampliação do debate político no movimento, os temas gerais que elegemos para enfrentar são uma preocupação atual de uma parcela ainda bem limitada do movimento operário e da esquerda. O desenvolvimento do debate e o êxito da revista poderão determinar a mudança deste critério.

Nossa fonte de renda será a venda dos exemplares e as contribuições voluntárias dos interessados. Os contatos, as críticas e contribuições poderão chegar as nossas mãos através da rede de distribuidores e serão publicadas sempre que se enquadrem nos objetivos gerais da revista.

- julho de 82 -

PARTIDO, VANGUARDA E CLASSE

O conceito de partido nasce para o movimento operário moderno junto com o primeiro documento do marxismo militante, o "Manifesto Comunista". Não só que o título original do programa de Marx e Engels é "Manifesto do Partido Comunista" como no próprio texto fala-se pela primeira vez na necessidade da "organização dos proletários como classe e, portanto, como *partido político*".

Para poder compreender melhor o conceito de partido, "partido político" dos fundadores do socialismo científico naquele momento, não podemos evitar a citação de trechos de sua autoria. O faremos sem querer cansar o leitor de saída. No 3º capítulo do Manifesto, intitulado "Proletários e Comunistas", os autores colocam:

"Qual o relacionamento dos comunistas para com os proletários em geral? Os comunistas não são um partido especial em relação aos demais partidos operários. Eles não têm interesses diferentes do proletariado inteiro. Eles não estabelecem princípios especiais, conforme os quais pretendem modelar o movimento proletário.

Os comunistas se distinguem dos demais partidos proletários unicamente pelo fato de, por um lado, destacar e pôr em relevo os interesses comuns nas diversas lutas nacionais dos proletários, independente de nacionalidade e, por outro lado, sempre defender os interesses do movimento global no decorrer das diversas fases de desenvolvimento, que a luta entre proletariado e burguesia percorre.

Os comunistas são, pois, praticamente, a parte mais decidida, que impulsiona para frente os partidos operários de todos os países; em relação ao resto da massa do proletariado eles têm a vantagem teórica, a do conhecimento das condições, do desenrolar e dos resultados gerais do movimento proletário".

Queremos ressaltar dois problemas fundamentais, que os conceitos expostos contêm.

Em primeiro lugar, o conteúdo do "partido". A afirmação de que "os comunistas não são um partido especial em relação aos demais partidos operários" já causou muitas dores de cabeça aos estudiosos de Marx, aqui e acolá. Não faltou inclusive quem quisesse provar à base da citação que os comunistas nunca deveriam ter formado partidos próprios, outros preferem passar por cima ou simplesmente confessar "nada saber fazer" com essa definição.

A aparente contradição se liquida por si só quando levamos em conta que o conceito de partido na hora do Manifesto ainda não tinha tomado o conteúdo organizatório, que mais tarde iria tomar, sem falar daquele que hoje está tomando. O "partido" do Manifesto poderia ser melhor traduzido, hoje, por "movimento" ou "corrente" independente do seu tamanho. Se não fosse isso, o próprio Manifesto seria incoseqüente. Por um lado intitula-se "Manifesto do Partido Comunista" e, por outro, afirma que "os comunistas não são um partido especial...". 2

Os comunistas em torno de Marx, em 1847, estavam *organizados* na Liga dos Comunistas, que tinha o seu programa (o Manifesto) e seus estatutos próprios. Mas quando Marx fala da necessidade do partido político do proletariado, ele quer dizer somente que a classe operária tem que se lançar na luta política (como classe para si) coisa que naquela época não era tão natural, como hoje poderia parecer. Mas, de que forma concreta essa luta política da classe se daria, Marx não podia prever ainda. Rejeitava esquemas pré-estabelecidos. Não é gratuitamente que o Manifesto afirma que os comunistas "não estabelecem princípios especiais, conforme os quais pretendem modelar o movimento proletário".

A "organização dos proletários como classe e, portanto, como partido político" só indicava uma necessidade histórica. A maneira como viria a se impor, naquele momento, ainda não podia ser definida.

Com isso chegamos ao segundo problema que a passagem acima citada contém. Marx e Engels expõem aqui uma concepção materialista da luta e do próprio partido. Não só negam que os comunistas estabelecem princípios pré-estabelecidos, como assinalam (mais adiante) que as definições teóricas não são inventadas e não passam de expressões de uma luta de classes existente.

Poucos anos depois. Engels define isso de maneira clara, quando diz, na sua Introdução às "Revelações Sobre o Processo dos Comunistas de Colônia":

"Comunismo não significa mais arquitetar, por meio da imaginação, uma sociedade ideal, a mais perfeita possível e, sim, conhecimento da natureza, das condições e dos objetivos gerais, decorrentes da luta travada pelo proletariado".

Com a derrota da Revolução de 1848, a Liga dos Comunistas entrou em crise e foi finalmente dissolvida. Contribuiu para isso o surgimento de uma facção minoritária no seu meio, liderada por Willich-Schapper. que não se conformava com o esgotamento da situação revolucionária |e que pretendia continuar a luta da mesma forma, a qualquer preço.

Investindo contra essa facção, Marx a acusava:

"No lugar de uma concepção crítica, a minoria propaga uma dogmática, no lugar de uma materialista, uma idealista. No lugar das condições reais, a mera vontade torna-se para ela a força motriz da revolução".

Aqui, provavelmente, pela primeira vez, são usados termos como "idealismo" e "voluntarismo" numa linguagem militante. Que isso não foi a última vez, nós o sabemos, inclusive por experiência própria. O problema volta em níveis diferentes, acompanhando praticamente toda a história e o desenvolvimento do partido político da classe operária.

Demorou para que o partido tomasse forma e conteúdo. A Primeira Internacional fundada em 1864, isto é, 17 anos depois da publicação do Manifesto Comunista, ainda não era formada por partidos. Apesar disso, representava um marco decisivo no caminho da sua formação.

Na Internacional, formada por iniciativa de operários franceses e ingleses, prevaleciam ainda as formas de sociedade mais ou menos secretas, mais ou menos conspirativas (proudhonistas, nazzinistas e outras). A Inglaterra estava representada principalmente por sindicatos legais. Somente os alemães, que chegaram mais tarde, já dispunham de embriões de partidos (os lassalianos e os marxistas em torno de Bebei e do velho Liebknecht). 3

A história da Primeira Internacional hoje é pouco conhecida e difundida, mas ela conserva a sua importância pelo fato de ter dado lugar à formulação de concepções marxistas fundamentais para a intervenção política da classe operária. Essas concepções foram elaboradas em debates acirrados, que caracterizaram os seus diversos congressos. Engels diria mais tarde que toda a história da Internacional tinha sido uma luta entre o marxismo e as seitas. E foi essa luta ideológica a que preparou a fusão do marxismo com o movimento operário existente. Mas, para que os resultados surgissem era preciso superar a forma organizatória da Associação Internacional, que tinha dado o que podia dar. Praticamente acabou depois da Comuna de Paris encerrando as suas atividades com novos apelos à classe operária de formar partidos políticos nos seus respectivos países, para levar a sua luta a um nível mais alto.

O apelo vingou, a situação estava amadurecendo e o partido político da classe operária começou a tomar conteúdo e forma organizatória nos principais países europeus. O processo foi demorado e percorreu toda uma fase histórica. Ainda em 1892, Engels escrevia a Kautsky:

"Na nossa tática, uma coisa é certa para todos os países e tempos modernos: temos de levar os operários à formação de um partido próprio, independente e oposto a todos os partidos burgueses".

Três anos antes, no centenário da queda da Bastilha, tinha sido fundada em Paris a Segunda Internacional, composta predominantemente por partidos. Delegados franceses, ingleses, alemães, belgas, Itália nos, holandeses, dinamarqueses, suecos, noruegueses, suíços, húngaros, tchecos, austríacos, poloneses, russos, romenos, búlgaros, espanhóis, portugueses, norte-americanos e — para não esquecer a América Latina -argentinos, estavam presentes ao ato de fundação. Nem todas as sessões representavam partidos já formados mas a grande maioria dos membros da Internacional já o eram e se compreendiam como partidos marxistas.

Que partidos eram esses? Qual o seu caráter, sua forma organizatória?

Em primeiro lugar, eram organizações de massas. Eram partidos que visavam organizar o operariado e, embora no início só atingissem uma fração do proletariado, a sua tendência era abranger a classe toda. Todo operário que

reconhecesse o programa, os estatutos e que pagasse a sua contribuição, era aceito como membro do partido.

Isso implicava num predomínio absoluto de operários entre os membros da base, embora houvesse intelectuais entre os dirigentes. Mas mesmo assim havia diferenças entre as sessões nacionais. Enquanto na Alemanha, na Inglaterra e nos países escandinavos o elemento operário tinha peso maior entre as lideranças (August Bebel era marceneiro), no outro extremo, na Itália, por exemplo, o papel do advogado, do professor e do médico era muito mais pronunciado em todos os escalões do partido. Isso não dependia somente das tradições de lutas já criadas nos diversos países, como também do nível de seu sistema escolar e educativo.

Quase todos os partidos da Segunda Internacional se formaram e cresceram em torno de atividades eleitorais e parlamentares, que eram os instrumentos indicados para arregimentar a classe. Luta política era luta em torno de leis destinadas a defender os interesses da classe operária no quadro da sociedade exploradora. Os partidos operários nascidos numa época não revolucionária, no fundo, só podiam lutar por reformas. Com o tempo, verificou-se uma polarização no seio desses partidos. Enquanto nas alas esquerdas, os revolucionários viam na luta pelas reformas um meio para mobilizar e organizar a classe, criando assim um ponto de partida mais favorável para o futuro assalto contra a sociedade capitalista, a direita via nas reformas um fim em si, querendo melhorar a situação do operariado no quadro da sociedade existente. Geralmente surgia um "centro" entre os dois pólos, que em última análise não fazia mais do que reforçar a direita. Assim, no partido alemão, o mais poderoso da internacional, de 1895 em diante, distinguem-se nitidamente três correntes: a esquerda representada por Rosa Luxemburgo, o centro por Kautsky e a direita por Ebert.

Sem querer diminuir a importância que essa forma de partido político da classe operária tinha na sua época — era o instrumento principal para a formação da classe operária independente nos países industriais do Ocidente — ela ficou superada e entrou num beco sem saída, quando as lutas de classes se aguçaram com o salto qualitativo que a sociedade capitalista de livre concorrência deu em direção ao imperialismo. A falência da Segunda Internacional, no início da Guerra Mundial de 1914, não dizia respeito

unicamente ao conteúdo da sua política, mas igualmente à forma de organização dos seus partidos.

A renovação do conceito de partido veio do oriente da Europa. Foram Plekanov e Lenin que defenderam o "partido de quadros" (embora Plekanov não tivesse mais forças para ir até o fim). "Quadros", tirado da terminologia militar francesa, abrange o conjunto de cada um dos seus componentes, de especialistas militares, do sargento até o oficial do Estado Maior, destinado a treinar e liderar a massa dos recrutas, em caso de guerra.

A noção do "partido de quadros" surgiu nas condições peculiares sob as quais se desenrolavam as lutas de classe na Rússia czarista. Em si, significava um rompimento frontal com a concepção do partido político, que tendia a abranger a classe operária toda.

O que caracterizava as lutas de classes na Rússia czarista era que se desenrolavam sob a repressão mais violenta que então se conhecia, na Europa e que qualquer movimento político tinha de se dar na mais completa clandestinidade.

Em segundo lugar, o proletariado russo, jovem e recém-vindo do campo, ainda não tinha criado tradições de luta e formas de organização própria. As lideranças políticas no seio da classe ainda tinham de ser criadas.

Em terceiro, os revolucionários russos, ao contrário dos europeus, tinham que contar com a proximidade da revolução. Não se tratava ainda da revolução socialista, da qual ainda não se cogitava e, sim, burguesa, pela abolição do absolutismo czarista. A Rússia não tinha passado pelo aburguesamento, em grande parte evolutivo, da Europa Ocidental, com suas repúblicas parlamentares ou monarquias constitucionais. O absolutismo czarista só podia ser derrubado por uma revolução, isto é, por um movimento insurrecional. O partido, que tinha que liderar o operariado nessa revolução e garantir que a classe preenchesse o seu papel, de antemão escolheu formas organizatórias adaptadas à perspectiva insurrecional.

Os social-democratas russos não foram os primeiros na história que tiveram de lutar em condições de clandestinidade. Os partidos alemão, austríaco e italiano, conheceram fases de repressão e de proibição das suas atividades no fim do século passado. Sua situação, entretanto, era diferente da dos russos. No ocidente os partidos chegaram a ser proibidos depois de

aproximadamente uma década de atividades legais, durante a qual tinham conseguido penetrar profundamente na classe operária. Conseguiram, portanto, manter na clandestinidade muitos traços de um trabalho de massas. As próprias tradições de luta criadas pelo proletariado alemão na fase legal garantiam as suas atividades na clandestinidade. 5

O mesmo não se podia dizer da Rússia, onde tudo estava por fazer ainda, pois o proletariado russo não conhecera uma situação de legalidade até então.

As diferenças de concepção de Lenin e da facção adversária da social-democracia russa (que tornar-se-ia conhecida como "menchevique", a minoria) tornaram-se óbvias no Congresso de fundação, de fato, do POSDR, em Londres, em 1903, na questão dos Estatutos. Lenin propunha uma formulação pela qual podia ser membro da nova organização "quem reconhecer o seu programa e apoiar o partido tanto do ponto de vista material como pela atuação numa de suas organizações."

Martov, o futuro dirigente menchevique, exigia igualmente o reconhecimento do programa e a contribuição financeira, mas de resto bastava para ser membro que "dê ajuda pessoal ao partido, de maneira regular e sob a orientação de uma das suas organizações".

Para o observador desprevenido poderia parecer uma divergência sobre o sexo dos anjos, mas certa mente não para as partes empenhadas. Lenin exigia a integração incondicional no partido.e visava uma organização de quadros. Martov, de seu lado, tinha em mente uma reprodução do partido de massas ocidental, onde os membros podiam atuar sob o controle de um dos membros do partido.

Lenin já tinha exposto a sua concepção de partido no seu célebre "O Que Fazer?". O livro continua um marco na história do marxismo mas em cada obra desse gênero é preciso saber distinguir o que é duradouro e o que limitado pelo tempo e espaço.

Condicionada às condições russas de então é a noção do partido composto por revolucionários profissionais (ou talvez seja melhor dizer "profissionalizados", pois um militante revolucionário não pode deixar de ser um profissional), que são sustentados pelo partido para poder dedicar-se inteiramente às tarefas políticas. Esse esquema, a experiência o mostrou, não

funciona em países onde a classe operária já desenvolveu tradições de luta e formas de organização próprias. Nessas condições, o partido dos revolucionários profissionais fica isolado da classe e geralmente se condena a uma existência de seita.

Igualmente condicionados às condições russas de então são os plenos poderes delegados à direção do partido, com seus direitos de nomeação de direções inferiores, de cooptação e de intervenção em todos os níveis. Ensaçados em outras condições e em outros países (numa fase em que tudo que era russo era revolucionário) levaram depressa a degeneração e fracassos.

Abstraindo esses aspectos especificamente russos, o conceito fundamental de Lenin de um partido que só abrangia a parte mais adiantada da classe operária, receberia em breve um reforço inesperado pelo desenrolar das lutas de classe no Ocidente. O próprio Lenin estava longe de supor que seus pontos de vista poderiam encontrar um campo de ação nos partidos de massa europeu-ocidentais. Mas na medida em que se cristalizava o fenômeno do imperialismo, com todas as consequências sobre a estrutura de classe dos países industrializados, tornou-se claro que a velha forma de organização política deixara de ser funcional. A política imperialista possibilitou a diferenciação de camadas no seio do proletariado, com a criação do que freqüentemente foi chamada de “aristocracia operária”, a base material do reformismo. O fenômeno é mencionado pela primeira vez por Engels (ainda numa fase pré-imperialista), quando fala da situação da classe operária inglesa, que teve uma situação privilegiada em relação à continental, em virtude da exploração das colônias pela classe dominante britânica que por sua vez podia pagar salários mais altos. Com o florescimento do imperialismo, em muitos países partes do operariado puderam ser "integradas" na sociedade burguesa, conseguindo um nível de vida que permitia um 6 acomodação econômica, social e política. Esse fenômeno já se tornou claro depois da Primeira Guerra Mundial, por ocasião das tentativas de revolução socialista no Ocidente.

Nessas condições, também os partidos revolucionários do Ocidente não podiam mais tender a se expandir pela classe operária inteira sem trazer para as suas fileiras toda a gama de ilusões reformistas e democratistas que

dominavam vastas partes do proletariado. As mudanças das condições materiais de luta fizeram com que os revolucionários do Ocidente chegassem a conclusões semelhantes às de Lenin, começando a falar do partido como *Vanguarda da Classe*.

As conseqüências teóricas e práticas da nova situação criada foram tiradas com a fundação da Internacional Comunista.

Nas teses sobre as tarefas principais da nova Internacional, redigidas por Lenin,¹ consta nos parágrafos 3 e 4:

"Significa igualmente querer minimizar o capitalismo e a democracia burguesa e enganar os operários, se supuséssemos, como fizeram os antigos partidos e dirigentes da Segunda Internacional, que a maioria dos trabalhadores e exploradores seria capaz, sob as condições de escravidão Capitalista... desenvolver uma clara consciência socialista, pontos de vista e caráter socialistas."

"Para vencer o capitalismo são necessárias relações mútuas justas entre o Partido Comunista, o proletariado, a classe revolucionária e a massa, isto é, a totalidade dos trabalhadores e explorados. Somente se o Partido Comunista for realmente vanguarda da classe revolucionária, contando com os melhores representantes dessa classe nas suas fileiras, constituídas por comunistas conscientes e fiéis à causa, formados e endurecidos em lutas tenazes, somente se esse partido souber ligar-se indissolúvelmente à vida da sua classe e, por meio desta, com toda a massa de explorados, somente nessas circunstâncias esse partido estará em condições de liderar o proletariado na impiedosa luta final contra todo o poder do capitalismo".

O que as teses de Lenin ressaltam aqui é justamente o aspecto do partido como vanguarda de classe. Trata-se de uma reformulação do papel e da função do partido, resultado de experiências surgidas em pólos tão diferentes como na Rússia czarista atrasada e na Europa Ocidental industrializada. Nesse sentido e somente neste, pode-se falar de um partido de novo tipo, um "partido leninista". Essa caracterização, entretanto, não tem nada em comum com as aventuras voluntaristas que posteriormente se deram na

Internacional, quando os partidos de todo o mundo foram reduzidos a apêndices da facção vitoriosa do partido soviético. Estudando mais detalhadamente o material desse Segundo Congresso da Internacional, principalmente as 21 condições de admissão, vemos que não há princípios organizatórios a serem impostos às sessões nacionais, a não ser a premissa da existência de um *centralismo democrático*, que garanta a capacidade de ação do partido e a submissão de todas as atividades, como a parlamentar, de imprensa e editorial, à linha política definida pela maioria dos seus militantes. Os detalhes organizatórios ficam a cargo dos partidos nacionais, que têm de levar em conta as tradições de luta já criadas pelo seu proletariado.

A posterior "bolchevização" das sessões nacionais da Internacional, iniciada por Zinoviev e levada a termo por Stalin, forçou os partidos a copiar literalmente o estatuto soviético (pós-revolucionário), com Comitês Centrais e Birôs Políticos, desprovendo-os do centralismo democrático, cortando as possibilidades do seu futuro amadurecimento e desenvolvimento revolucionário. De modo que a experiência do "partido do novo tipo" foi curta e não chegou a se desdobrar nas várias condições que as lutas de classes em países diferentes oferecem. O que ficou para nós é um ponto de partida; a experiência nós próprios temos de colher. 7

Mesmo entre os revolucionários, o conceito do partido como vanguarda não se impunha pacificamente. Houve o célebre debate entre Luxemburgo e Lenin, em 1904, e muita gente até hoje pretende tomar as polêmicas de então como ponto de partida para opor uma concepção "luxemburguista" à leninista. A intenção peca pela origem.

Também Rosa aplicava o termo de "vanguarda", quando falava do partido político da classe operária, embora lhe desse outro conteúdo do que Lenin. Deve-se esta atitude, antes de tudo, ao fato dela militar em condições completamente diferentes que os bolcheviques. Ela estava empenhada em formar uma ala esquerda no Partido Social-democrático alemão, mas a situação aí encontrada tornava-se inviável a criação de uma facção de esquerda, com disciplina própria, à base de uma organização de quadros como se dera na Rússia. Isso teria isolado a esquerda alemã do proletariado e deixado este à mercê dos direitistas. Este fator objetivo fez com que Rosa de Luxemburgo sustentasse ainda (naquela época) a noção do partido que tendia

abranjer a classe toda.. Desse ponto de vista, ela teve razão em muitos detalhes da sua polêmica com Lenin, inclusive quando atacava o centralismo extremo, que a realidade das condições russas impunha.

Isso, porém, era seu ponto de vista teórico. Ao mesmo tempo que militava na Alemanha, ela era fundadora e continuava a fazer parte da direção do Partido Polonês, que por sua vez se considerava parte da social-democracia russa, pois a maioria do território polonês estava anexada ao Império dos Tzares. E, na prática, o Partido Polonês estava sob um centralismo ainda mais rígido do que os bolcheviques. A oposição no seio do Partido Polonês, que protestava contra esse estado de coisas (Radek, Djerzinsky, Unschiich, etc.), chegou a colaborar diretamente com Lenin, quando não encontrou mais espaço de expressão no próprio partido.

Rosa conhecia, evidentemente, por experiência própria, as condições sob as quais se desenrolava a luta de classes sob o tzarismo. O que ela não queria era teorizar e generalizar as necessidades dessa luta sob essas condições peculiares, que ela via como exceção passageira de um país atrasado. Teoricamente ela defendia o conceito de partido da Segunda Internacional, que naquela época ainda não tinha perdido a sua razão de ser, no Ocidente.

Mais duvidoso era o conceito de Luxemburgo sobre o papel do espontaneísmo, questão estreitamente ligada ao problema organizatório. Não estamos querendo endossar aqui as críticas burocráticas posteriores contra Rosa, que pegavam qualquer papel positivo à espontaneidade. *Para* Lenin, o fator espontâneo nas lutas de classes e no próprio movimento operário fazia parte de qualquer estratégia realista. Assim mesmo havia divergências entre os dois revolucionários e ela se manifestou talvez melhor na questão insurrecional durante a Revolução Russa de 1905. Rosa defendia o ponto de vista que era inútil querer *organizar* uma insurreição, pois essa tinha de surgir espontaneamente do seio das massas proletárias e populares ou, então, não se dava. Lenin, ao contrário, exigia desde o início que se preparasse e organizasse a insurreição contra o tzarismo. E a única insurreição armada maior, que se deu durante a Revolução de 1905, a de Moscou, foi deflagrada e liderada pelos bolcheviques.

Finalmente, as divergências entre Lenin e Luxemburgo nunca chegaram a ter esse peso que os "luxemburguistas" de hoje pretendem atribuir. Sinal é que no congresso de Londres, em 1907, Rosa defendeu abertamente e se solidarizou com a atuação dos bolcheviques durante a revolução e, desse momento em diante, Lenin e Luxemburgo aluaram em conjunto na ala esquerda da Segunda Internacional. 8

O que os "luxemburguistas" de hoje pretendem, no fundo, é responsabilizar os princípios que Lenin defendia na questão organizatória pelas deformações que a Revolução Russa iria sofrer posteriormente.

Trata-se evidentemente de uma atitude de puro idealismo querer explicar o curso de uma revolução por padrões organizatórios "errados". Somente as seitas têm a liberdade de escolher padrões de organização conforme princípios pré-estabelecidos. Movimentos vivos encontram as formas de organização apropriadas para vencer. O simples fato de a Revolução Russa ter sido vitoriosa, em 1917, mostra que os bolcheviques tinham adotado formas de organização apropriadas nas circunstâncias em que tiveram de atuar.

E aqui vale a pena, talvez, perder algumas palavras sobre o conceito partidário de Trotsky e dos trotsquistas de hoje.

O próprio Trotsky pouco ou nada contribuiu para a elaboração de formas organizatórias revolucionárias. Em 1903, no Congresso de fundação da Social-Democracia Russa limitou-se a apoiar as formulações dos mencheviques e quando destes se separou, ele e seus adeptos nunca formaram uma organização propriamente dita e se empenhavam numa estéril tentativa de reunificar numa só organização bolcheviques e mencheviques. O fato de os bolcheviques representarem o obstáculo maior a essas tentativas levou Trotsky, em 1912, a fazer frente única com os mencheviques, fundando o chamado Bloco de Agosto, frente única dirigida contra Lenin.

A guerra e o desenrolar futuro das luta de classes fez com que Trotsky rompesse com os reformistas, se aproximasse dos bolcheviques, integrando o partido de Lenin e desempenhando o seu conhecido papel de destaque na Revolução e na guerra civil.

Anos mais tarde, já no exílio, na França, Trotsky diz no seu "Diário" que não tinha tido um papel insubstituível durante os Dias de Outubro. Com a presença de Lenin a revolução teria se dado de qualquer maneira. Trotsky,

porém, não explica porque chegou a essa conclusão. Parece uma simples reverência perante o gênio de Lenin e em nenhum lugar da sua vasta obra literária entra no mérito da questão. Acontece que da genialidade de Lenin faz parte o fato de ter formado e forjado o partido político do proletariado russo em condições de liderar o proletariado na revolução. Sem a existência desse partido e a continuidade da sua ação durante quinze anos, o próprio Lenin nunca teria "feito" a revolução. Acontece que sem esse partido não teria havido Lenin, tal como a história o conheceu — e é também problemático se o próprio Trotsky teria tomado o lugar na história que chegou a ocupar.

Trotsky nunca voltou a esse assunto. Uma avaliação teórica, autocrítica, não condizia muito com seu temperamento e naquela época ainda não era hábito exigir auto-crítica para pecados passados.

De resto, nota-se nas apreciações históricas de Trotsky uma preocupação latente de relegar a importância e o papel dos "velhos bolcheviques" a um segundo plano. Durante as lutas de facções, porém, quando se criou um "culto a Lenin" (que teria revoltado o fundador do Estado Soviético), começaram as polêmicas sobre quem era o "discípulo mais fiel" do mestre. Trotsky, que nessa disputa bizantina levava evidente desvantagem, em virtude do seu passado anti-bolchevique, procurou compensá-la por uma extrema fidelidade aos "princípios" leninistas, também na questão organizatória. O "partido leninista" tornou-se um dogma, também para o trotsquismo. 9

Foi essa a herança que os trotsquistas de todo mundo retomaram. De saída, os adeptos de Trotsky no exterior se constituíram como "bolcheviques--leninistas" e embora os rótulos tenham mudado com o tempo, sua atitude em relação ao problema do partido não mudou, nem evoluiu. Qualquer trabalho crítico ou criador, qualquer tentativa de comparar essa herança com as necessidades que tempo e espaço impunham, esbarrou no medo de serem chamados de "antileninistas". Mas, dogmatismo nunca fez parte do método de Lenin.

Aliás, não queremos ser injustos. Há uma inovação que as organizações trotsquistas criaram: o direito de formar facções.

No 10º Congresso do Partido Comunista Soviético, que se realizou durante os dias críticos do levante de Kronstadt, em 1921, Lenin propôs e foi

aceita a proibição de formar facções no seio do Partido. Não é que antes a existência de facções tenha sido permitida. Não existia nenhum "direito" nesse sentido mas elas foram freqüentemente toleradas como fato consumado. Como essa proibição formal de 1921 posteriormente foi usada por Stalin contra Trotsky e este chegou a reivindicar a sua suspensão no decorrer da luta interna no PCUS, o direito de formar facções entrou nos estatutos das organizações trotsquistas. E lançando um olhar sobre o movimento trotsquista nos mais diversos países, é preciso constatar que os seus militantes souberam fazer uso desse direito, não se contendo com meias medidas.

Um problema fundamental da vanguarda, principalmente quando constituída por uma organização de quadros, era a sua ligação com o movimento de massas. Na própria Rússia, os revolucionários chegaram a criar um partido de massas, entre fevereiro e outubro de 1917, no qual a antiga organização de quadros representava a espinha dorsal da vanguarda, que por sua vez encontrou o seu campo principal de atuação nos *soviets*.

Nos países ocidentais, onde os *soviets* (como os *raete* na Alemanha, Áustria e Hungria) só tiveram uma existência passageira, pesaram os sindicatos como forma básica de organização operária.

Um caso especial foi o da Inglaterra, onde o poderoso *Labour Party* (Partido Trabalhista), fundado por sindicatos e agremiações políticas reformistas dominava a classe operária. Quando, depois da Primeira Guerra Mundial, foi fundado um pequeno Partido Comunista, sua existência se dava praticamente à margem do movimento operário. Lenin insistiu junto aos camaradas ingleses para ingressar, como organização, no Partido Trabalhista, cujos estatutos previam a existência de entidade políticas com certa autonomia. Os comunistas ingleses resistiram por muito tempo e quando finalmente aceitaram os argumentos de Lenin, já era tarde. Os dirigentes do Partido Trabalhista, alertados pela discussão travada em público, fecharam as portas ao PC britânico, que dessa maneira ficou condenado à impotência política.

O caso inglês era especial, entre outras coisas em virtude da própria constituição do *Labour Party*.

Mas, independente disso, semelhante atitude não poderia ter sido tomada pelos comunistas da Alemanha, por exemplo, onde o Partido Social-democrático liderou a contra-revolução de 1918/19, sendo responsável pela

morte de milhares de revolucionários, entre os quais Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Na Alemanha os comunistas estavam condenados a aguentar à margem do movimento de massas, até que conseguiram cindir o partido centrista (o Partido Social-democrático Independente) e se constituir, por sua vez, como partido de massa. 10

Outro caso clássico foi o dos comunistas chineses. Partido pequeno, com poucas centenas de militantes, ingressou em 1923. após muita resistência e discussões, no Kuomintang, o partido da revolução burguesa e anti-imperialista de Sun-Yat-Sen. A experiência chinesa teve um desfecho trágico, quando cinco anos depois, o Kuomintang, já sob a liderança de Tchiang-Kai-Chek, fez as pazes com as potências imperialistas e reprimiu violentamente o movimento operário e comunista. Estes, em consequência, tiveram de retirar seus quadros sobreviventes para o campo, fora do alcance do terror branco, iniciando assim a "longa marcha".

Trotsky, naquela época, criticava violentamente a liderança de Stalin e Bukarin, responsável pelo desastre e, sem dúvida, estava com a razão. Acontece, porém, que Trotsky desde o início tinha estado contra o ingresso dos comunistas no Kuomintang.

A falha dos comunistas chineses (e da direção de Moscou) foi que, por inércia ou oportunismo, não souberam romper os laços com o Kuomintang na hora certa, não reconhecendo as mudanças da situação que estavam se esboçando a olho nu. Mas, se tivessem ficado fora do partido de Sun-Yat-Sen, naqueles anos críticos de ebulição revolucionária, teriam ficado à margem do movimento de massas e é pouco provável que chegassem a liderar uma revolução vitoriosa.

Bem, que têm essas situações a ver com os problemas que nós enfrentamos hoje no Brasil?

Esse esboço certamente não discute e não entra no mérito da nossa situação e dos problemas que enfrentamos. Visa, sim, embora 'não esgote as questões aqui levantadas, destruir mitos enraizados também no nosso meio e fornecer subsídios para uma discussão que se impõe já.

O nosso problema imediato ainda não é o da constituição do partido revolucionário da classe operária brasileira. Não se constitui esse partido sem a participação ativa da classe. Não se pode afirmar, com a melhor boa vontade,

que o nosso proletariado já esteja disposto a enfrentar esse problema, que ainda não corresponde à sua experiência de luta. As forças políticas existentes no seio e fora da classe, ainda enfrentam problemas de organização pré-partidários. Mas mesmo nesta fase, os problemas aqui levantados já estão presentes de forma embrionária. E quanto mais cedo conseguirmos obter clareza em relação a eles, menos acidentado será o caminho para o partido revolucionário da classe operária brasileira, quando amadurecer a situação. O aguçamento das contradições de classe no país indica que isso não representa mais uma perspectiva para um futuro remoto.

oposições sindicais: atuais e necessárias

MAIO-AGOSTO DE 1978: A sociedade brasileira assiste , espantada ao surgimento de um movimento operário grevista na forma de paralizações locais nas fabricas e a criação de comissões de fabrica. Estas são eleitas em assembleia, organizam a luta e negociam as suas reivindicações em cada empresa. O movimento toma conta de toda a região da Grande São Paulo, principalmente na categoria metalúrgica, mas se estende também, com menor força, a outras categorias e outros Estados.

NOVEMBRO DE 1979: Greve geral da categoria metalúrgica de São Paulo (Capital) sustentada por comandos regionais de greve e por um comando geral formado por representantes das regiões e o sindicato. Esta greve começou a ser firmemente reprimida na véspera de seu início, com prisões de diversos comandos grevistas reunidos nas subsedes sindicais (estas subsedes foram, alias, conquistadas sob proposta e pressão da oposição sindical contra a vontade da direção pelega do sindicato).

Os comentaristas políticos estão viciados em tratar a história recente do movimento sindical no seu aspecto mais vitorioso, mais retumbante: o do ABC paulista, as assembleias maciças em São Bernardo e suas repercussões. Para estes comentaristas, a história operária já está sendo escrita por duas mãos: pela do sindicalismo oficialista, pelego ou reformista e pela da corrente combativa, "autêntica", centrada no modelo de São Bernardo com outras ramificações no Rio Grande do Sul ou em João Monlevade.

O movimento operário que deslançou a partir das grandes jornadas de 1977 e 1978, assumiu múltiplas faces e mostrou alguns elementos efetivamente novos em relação à experiência operária anterior a 1964.

Destas experiências, a das oposições sindicais, lado a lado com São Bernardo, merecem destaque particular pelas propostas que defenderam, pela influência que tiveram, pela prática que desenvolveram.

Qualquer militante ou estudioso sério que se proponha a pensar ou atuar no movimento operário e que desconheça a experiência e as propostas das oposições sindicais estará cometendo um grave erro.

O movimento das oposições sindicais nunca teve grande aceitação ou simpatias nos meios políticos e mesmo sindicais oficiais. Sofreu de quase permanente isolamento e repressão e não foi por acaso que esteve quase sempre afastado da complacência e do interesse da grande imprensa.

Na realidade, as oposições eram (e são) muito incômodas porque exercem um ataque cerrado a estrutura oficial do sindicalismo brasileiro, defendem a organização dos trabalhadores desde os locais de trabalho, a independência e autonomia dos organismos operários frente ao Estado e aos

partidos políticos, não aceitam as regras viciadas do jogo legal e defendem ainda, a democracia operária em todos os níveis de organização. Por tudo isso, as oposições se transformaram em bandeira incômoda as investidas burguesas num processo controlado e cordato de revigoração das instituições e de controle sobre o movimento operário.

O movimento comandado pela experiência e pelos projetos de São Bernardo, por sua vez, sempre contaram com grande respaldo da imprensa e a repressão só se abateu sobre ele quando se esgotaram todos os meios de negociação "legais". Em resumo, a burguesia em certa medida apostou que um sindicalismo naqueles moldes poderia ser um interlocutor aceitável para um novo momento de reordenação das forças políticas e das instituições.

Não vamos esgotar o tema neste trabalho. Pretendemos, isto sim, colocar ao alcance dos leitores, elementos que permitam discutir este fenômeno das oposições sindicais e também, apresentar uma visão crítica de seu passado e de suas possibilidades atuais.

Antes de iniciarmos, porém, é preciso diferenciar que sob o nome de "oposições sindicais" se apresentam dois organismos distintos:

Um deles, são as frentes eleitorais que se constituem com forças políticas e operárias, para disputar a eleição em algum sindicato e que assumem a diretoria ou se desfazem após a derrota eleitoral.

O outro, são organismos de frente de trabalhadores de existência mais prolongada, que não existem apenas nos momentos eleitorais, mas através de uma prática permanente nas fábricas e nos sindicatos e cujo eixo central não é a tomada de uma determinada diretoria sindical, mas, principalmente, o reforço à luta contra a estrutura sindical atrelada ao Estado e a defesa do sindicalismo livre e democraticamente organizado. Estas "oposições sindicais" é que são o objeto privilegiado deste debate.

antecedentes

Nos anos que se seguiram ao golpe militar, os trabalhadores viveram uma das piores fases de sua história. Os sindicatos mais combativos ficaram sob intervenção federal; os núcleos de organização operária e a esquerda foram duramente reprimidos; houve um momento de recessão econômica e de compressão salarial. E, por cima disso tudo, houve a desmoralização e o descrédito que vieram com a derrota do projeto sindical populista defendido pelo janguismo e brizolismo (herdeiros de Getúlio Vargas).

Este projeto, apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro, era, então, a maior e quase exclusiva política dentro do movimento operário.

Desde Getúlio Vargas os sindicatos já tinham limites estreitos definidos por uma legislação que os atrelava ao Estado e que garantia o controle da burguesia sobre a luta operária. Mas a partir de 64, os sindicatos foram tomados, numa escala nunca vista, por uma cambada de pelegos e parasitas do novo regime que passaram a usar ostensivamente a máquina sindical em benefício próprio e para acabar de desmobilizar os trabalhadores.

As poucas oportunidades de manifestação maciça se limitavam ao calendário do sindicato oficial - companhas salariais, eleições, etc. - que abriam o espaço para um contato direto com o conjunto dos trabalhadores. Foi nestes espaços controlados pela ditadura e ocupados pelos pelegos que começaram a aparecer, para uma parcela dos trabalhadores, as propostas de luta e de organização elaboradas pelos diversos núcleos de resistências organizados em fábricas e regiões e que, na maior parte das vezes, se articulavam nesses momentos de campanha para o enfrentamento com os pelegos.

A atuação diferenciada e os boletins próprios que surgiram nestes momentos começaram a caracterizar "o pessoal da oposição" (daí, inclusive, o nome de Oposição Sindical).

Um momento diferenciado deste movimento foi o das greves de Contagem e Osasco de 68, mas este movimento (de grande importância pelas formas organizativas que criou e pelas referências que plantou) se deu ainda sob o impulso de forças e organismos anteriores que a ditadura ainda

não havia destruído completamente. O momento novo do movimento pode ter como marco decisivo a decretação do AI-5, em dezembro de 68, e que institucionalizou a repressão antes vacilante em todo o seu alcance.

surgimento

As oposições, em seu início, representaram quase que um resultado espontâneo da luta de resistência, quando todos os canais legais estavam fechados. Mas foi somente ao longo de sua existência (cerca de 13-14 anos) que foram elaborados uma visão e um projeto onde o processo deixa de ser espontâneo e passa a ser quase um programa, com objetivos gerais a serem alcançados, com algumas normas e princípios de ação.

Assim, num primeiro momento, lá pelo começo da década de 70, o objetivo central das oposições sindicais era ampliar suas forças nas fábricas para conseguir derrubar as diretorias pelegas e reconquistar o aparelho sindical para os trabalhadores. Depois, este projeto foi evoluindo não só porque a conjuntura foi se tornando mais favorável à luta operária e ao acesso aos meios legais, mas principalmente porque houve um desenvolvimento da consciência das oposições. Compreenderam que a dominação exercida pela burguesia sobre os sindicatos era para manter mais do que um simples artifício transitório: era a principal barreira que separava os trabalhadores da formação de uma forte organização nacional, capaz de defender tanto seus interesses sindicais mais imediatos como impulsionar o combate a todo o sistema explorador.

O desenvolvimento desta ideologia não se deu sem conflitos internos nas próprias oposições e sem choque com outras tendências no movimento. Disto trataremos ao longo deste artigo. Mas vale adiantar que mesmo toda a amplitude "legal" conquistada pelos trabalhadores nas jornadas de São Bernardo e no resto do país, só veio reforçar a certeza de que a submissão dos

trabalhadores aos limites da legalidade sindical significa a submissão ao domínio direto e indireto da burguesia. O que significa, em outras palavras, o sacrifício, a prazo, dos destinos maiores do seu movimento: a destruição do sistema capitalista e a construção do socialismo baseado no poder operário.

O.S.'s e a esquerda

Até 64, os agrupamentos políticos organizados e que tinham expressão no cenário político nacional adotavam uma política de colaboração de classe e isto era radicalmente contrário ao projeto de construir organizações independentes e autônomas dos trabalhadores. O sindicato atrelado era suficiente para efetivar as manobras políticas e os conchavos de cúpulas. As tentativas de núcleos operários ou de alguns grupos pequenos que pleiteavam e tentavam organizar os trabalhadores a partir das fábricas, não encontravam guarida em nenhuma corrente política de esquerda com expressão no cenário político.

A derrota política do reformismo e do populismo em 64, abriu um campo para o avanço das ideias e da prática de organização a partir das fábricas e que tivesse um contacto efetivo com a massa trabalhadora. O avanço dessa prática, porém, se deu mais pela ausência da política reformista-populista do que pela presença de propostas elaboradas pelas correntes proletárias da esquerda. Já em outubro de 65 os operários da Cobrasma S/A conseguem o reconhecimento da Comissão de Fábrica e elaboram os estatutos mais democráticos de que temos notícias até hoje.

Em 68, enquanto os trabalhadores seguem tateando nas suas organizações de resistências dentro das fábricas e iniciam a retomada dos sindicatos das mãos dos pelegos na sua marcha espontânea, o grosso da esquerda que rompeu com o reformismo não consegue formular uma

estratégia e uma tática que se apoiasse na experiência do movimento operário nascente armando-o politicamente para enfrentar os patrões e a ditadura.

A atenção então do grosso da esquerda se voltou para o enfrentamento direto e armado da ditadura com a ilusão de que sua prática armada galvanizaria a resistência contra a ditadura e desencadearia um processo de organização de um exército revolucionário que, despertando o movimento de massas, o levaria ao poder político.

A forte repressão que atingiu o movimento armado atingiu também os núcleos avançados do movimento operário, provocando forte dispersão e isolamento dos pequenos grupos organizados nas fábricas de forma clandestina.

No processo de reaproximação dos diversos núcleos operários que sobreviveram a este processo é que se constituíram as oposições sindicais. Grande parte da esquerda pouco contribuiu, tanto por não entender o que estava se passando quanto por sofrer um isolamento imposto pelos próprios trabalhadores que ainda sentiam na pele as consequências da política de luta armada e que associavam, então, "política" com "aventura militar".

A contribuição efetiva da esquerda ao desenvolvimento inicial das oposições se deu mais através de ex-militantes do que pela intervenção organizada. No momento seguinte, a preocupação com a reestruturação e crescimento de sua influência no movimento levou os grupos de esquerda presentes no movimento das oposições a desenvolverem várias propostas que contribuíram para o debilitamento do próprio movimento. Desde a proposta de Frente de Esquerda que exigia o reconhecimento da representação das organizações dentro das oposições até as tentativas de "tendência organizada no movimento", que levou a criação de "Oposição Sindical Proletária", "Metalúrgicos Independentes", MUP, MDAP, etc. que invariavelmente tiveram um fim melancólico.

Com o avanço das lutas, o surgimento de "sindicatos autênticos", de articulações sindicais nacionais, a retomada de alguns sindicatos da pelegada e a criação do PT, mudou a atuação da maioria absoluta dos grupos de

esquerda. Até então eles haviam encontrado nas oposições o meio de estreitarem seus vínculos com o movimento operário, assim como estender sua influência e ampliar seus quadros. A partir daí, a maioria esmagadora destes grupos abandonou as oposições sindicais e passaram a se dedicar aos espaços mais amplos de atuação onde suas influências e seu crescimento pareciam mais viáveis e com maiores oportunidades de expansão. As oposições sindicais teriam razão de existir mais nos períodos de eleição onde se realizariam acordos para a formação de chapas visando o afastamento dos pelegos renitentes ou para fazer composição com setores de diretorias "atrasadas".

Na maioria dos casos, prevaleceu nestes grupos uma postura absolutamente estreita para compreender as necessidades do movimento e desenvolver uma política que respeitasse os limites da frente sindical. Os interesses partidários geralmente se sobrepunham as decisões da frente e quando o grupinho não conseguia garantir sua posição no conjunto, rompia (sem romper formalmente) o acordo e não mais aceitava as decisões do conjunto.

Estes mesmos grupos que até 78 eram "fervorosos defensores" das oposições sindicais permanentes, embalados hoje pelo fascínio da "abertura", do sindicalismo "autêntico", só vêm sentido para as oposições nos períodos de eleições sindicais.

Certamente existem divergências nestes agrupamentos políticos. A sua sensibilidade para com os problemas do proletariado e da revolução varia conforme sua origem e trajetória; umas são mais sectárias e dogmáticas do que outras. Como conjunto eles representam, ainda, um impedimento ao livre desenvolvimento de uma outra ala da esquerda, a reformista, com todas as suas variantes mais ou menos radicais (PCB, PC do B, HP).

No entanto o que eles têm demonstrado em sua maioria esmagadora é a incapacidade de desvendar a questão central da luta operária e revolucionária hoje. Isto se traduz no apoio irrestrito e não crítico à linha sindical dos "autênticos" e que, trocando em miúdos, se baseia, essencialmente, na ocupação do espaço legal para o rompimento dos limites do sindicalismo.

Esta visão sobre o sindicato e o sindicalismo encontra sua contrapartida política na estratégia do PT.

pacto social ou enfrentamento

Os principais obstáculos do movimento operário e revolucionário no Brasil estão ainda para serem enfrentados.

O movimento operário ainda não conseguiu se livrar das amarras do atrelamento sindical e se unificar nacionalmente, nem tampouco manifesta uma expressão política de classe.

As lutas operárias de 77 a 82 estiveram confinadas, quase que exclusivamente, ao campo sindical, ao campo das reivindicações econômicas. Houve, é fato, algumas manifestações políticas com algumas greves de solidariedade ao processo contra os sindicalistas do ABC, em São Bernardo e outras manifestações que revelam avanços na consciência. Mas estes avanços estão longe de representar uma mudança significativa de qualidade. Na maior parte do país (e isto não exclui, no geral, nem São Paulo nem ABC) ainda existem problemas primários de organização e de luta sindical.

Os apelos à classe operária feitos em 80 e 81 para lutar contra os aspectos legais e políticos da dominação (mesmo dirigidos por Lula) não encontraram eco. E muitos acham que a saída para o impasse do movimento sindical já foi encontrada: o salto será dado via PT e as eleições parlamentares.

As articulações nacionais como a 1ª CONCLAT refletiram, em certa medida, a necessidade do movimento operário buscar uma maior unidade para fazer frente à política e à força cada vez mais organizada dos patrões. Mas esbarram ainda na existência de uma imensa camada de sindicatos pelegos, na falta de bases organizadas do sindicato "autêntico" e na fraqueza das oposições sindicais. Não apresentam portanto, ainda, o eixo de uma reviravolta.

No entanto, não resta dúvida que o movimento sindical evoluiu e muito. O

que estamos dizendo é que a direção "autêntica" que se formou em cima do movimento espontâneo, num primeiro momento, foi o espelho do movimento, mas que no seu desdobramento, "avançou" em relação ao movimento formulando uma política que se diferenciou do movimento e cujo passo seguinte era ganhar o movimento para ela. E este salto se deu à revelia das necessidades reais do movimento e, em certa medida, contra ele quando não deu uma solução revolucionária à questão da libertação dos trabalhadores do controle burguês.

O outro lado desta questão é que os patrões e sua representação política, a ditadura militar (com maior ou menor "abertura"), evoluíram politicamente e procuram se antecipar ao movimento e evitar surpresas que possam afetar o seu domínio de classe e os seus lucros.

O crescimento do capitalismo nos últimos 10 anos criou uma classe operária volumosa, tanto no campo como na cidade, que hoje, com seus primeiros movimentos, já pede passagem. Todo projeto político atual tem que levar em alto grau de consideração a existência desta força potencial e real. Neste sentido, a burguesia prepara-se para um novo relacionamento com a classe operária atual que, objetivamente, tem tudo para andar com seus próprios pés.

O projeto burguês da "abertura democrática" já está claro para todos. Independentemente das divergências internas dentro das classes dominantes, a "abertura" vem se afirmando. Sua característica principal é a organização da sociedade civil através da representação política de todos os seus segmentos e a definição das regras do jogo na arena parlamentar: "quebro e arrebento..." quem não seguir por aí. A verdade está sendo esta. O grau de repressão direta aos movimentos que levaram a um enfrentamento direto de massas não se alterou: prisões, processos, mortes, intervenções, cassações em sindicatos, etc. A burguesia avança decididamente para uma forma de dominação mais avançada onde a dominação se dará através dos mecanismos institucionais e da subordinação de interesses de classe a estes mecanismos e onde as armas voltarão a ser a última instância.

O surgimento do PT, que vem ganhando a simpatia em cima da

necessidade histórica dos trabalhadores brasileiros de terem uma expressão política própria, enquadra-se, em boa medida, no projeto político burguês e é o candidato mais forte a assumir a representação política da maioria dos trabalhadores e a representá-los no jogo político parlamentar.

No campo sindical, as iniciativas da burguesia representada pela equipe palaciana estão em nível de estudos (divisão dos sindicatos, pluralismo, etc). Estão também em compasso de espera aguardando a maturação do seu projeto político e as redefinições necessárias. Sua base de sustentação do movimento se dá na embricação de pelegos/reformistas/repressão e do sindicalismo "autêntico". Por trás de tudo figuraram desde a CLT até o conjunto de leis e mecanismos de controle que foram implantados de 64 pra cá e que se mantêm com dificuldades devido ao baixo nível de concessões econômicas determinadas pela crise e pela ganância dos patrões, assim como pelas indefinições, vacilações e desorganização da corrente sindical classista em formação.

As condições para a formalização do almejado Pacto Social ainda não estão dadas. Falta ainda a estruturação política mais definitiva de vários setores da burguesia, da representação dos trabalhadores e de novas formas de controle das organizações sindicais. Já está claro que isto não será conseguido até a data das eleições de 15 de novembro próximo.

Ainda no campo sindical observam-se algumas iniciativas de setores burgueses que já adiantam algumas prováveis saídas para a questão sindical. É o caso das propostas das comissões de fabricas desenvolvidas pela Rádio Frigor de Paulo Francini, pela Volks e, por incrível que pareça, a Scania propõe para seus empregados uma comissão nos moldes da que foi criada na Ford de São Bernardo com a sua última greve.

A própria FIESP já andou propondo um projeto de "comissão de empresa" que poderia ser muito bem aceito por numerosos sindicalistas mais desavisados ou "mal-intencionados". Mesmo considerando isoladamente estes fatos de alguns setores burgueses, é uma prova cabal que a burguesia prepara-se para lidar com a classe operária em um novo momento de lutas.

Não está definido se teremos um Pacto Social ou um enfrentamento. Com certeza teremos novo ciclo de lutas generalizadas provocado pelo agravamento da crise económica. No entanto, se as próximas lutas não contarem com a presença de uma corrente classista organizada, com definições claras e uma presença efetiva nas bases do movimento, dificilmente conseguiremos sair do impasse rompendo com o atrelamento e não caindo em novas formas de controle burguês.

sindicalismo e política

Nas discussões atuais sempre surge a questão de que a luta sindical dos trabalhadores atingiu os seus limites e agora trata-se de desenvolver a luta política. Ouvimos também afirmações de que a questão sindical só será resolvida após a derrubada da ditadura. Consideramos que estas duas visões levam a erros fundamentais. A primeira considera que as massas trabalhadoras, desiludidas com as derrotas sofridas nas últimas lutas, estão dispostas a mobilizações de caráter político. Quais as questões políticas que mobilizaram as massas no último período? A prisão dos sindicalistas? O pacote da Previdência? As invasões de terras? A prisão dos padres no norte do país? Os pacotes eleitorais? Vemos que, infelizmente, não existem mobilizações de setores significativos das massas trabalhadoras em torno de objetivos políticos.

A segunda visão aprofunda mais ainda o erro e leva a considerar o projeto político da "abertura democrática" como sendo a expressão do enfraquecimento da burguesia e a possibilidade de uma intervenção dos trabalhadores influenciando na modificação da forma de dominação atual e no estabelecimento de uma outra. Esta visão tem levado, invariavelmente, a uma política de conciliação de classes independentemente do radicalismo verbal que apresenta.

O problema da luta económica (sindical) e política dos trabalhadores envolve uma antiga polémica do movimento revolucionário. Para alguns foi resolvida com a criação do PT: como organização política de trabalhadores

seria a alavanca da superação do impasse sindicalismo-política.

Para nós, esta é uma resposta falsa na medida em que é uma resposta artificial. É a injeção de uma política conciliadora no movimento operário que se omite de assumir a vanguarda da luta pela livre organização dos trabalhadores transferindo esta tarefa para a ação dos meios institucionais, notadamente o sindicato e o parlamento. E abdica de assumir uma bandeira de classe explícita e revolucionária: contra a sistema capitalista, pelo poder operário e pelo socialismo.

É um erro pensar que um partido político operário ou revolucionário possa fazer a política pela classe. Seu papel, enquanto camada consciente, é de intervir nas lutas e em cima delas, defender seu programa e provar (o que vai ser verificado pela própria classe) que este programa é o mais justo e necessário. Ainda e ao mesmo tempo, seu papel é reforçar a luta e a organização dos trabalhadores no sentido de que eles possam criar seus próprios organismos de representação, de direção e de poder. Estas questões tal como são colocadas pelo PT só se prestam a confusões, negando a luta económica dos trabalhadores em função de objetivos políticos futuros ou estabelecendo uma separação mecânica entre luta económica e luta política.

Reconhecer que a luta sindical ainda é o eixo principal da luta dos trabalhadores não significa se omitir diante das questões políticas. Na dinâmica do movimento, lutas de caráter inicialmente económico se transformam em lutas políticas, assim como estas podem (e devem) surgir em torno das mais variadas questões do enfrentamento de classe. Apenas que, no plano atual, a luta sindical tem sido a tônica mais constante do movimento operário.

A organização do movimento operário em partidos (um ou vários) expressa um momento superior do movimento. A propaganda e a agitação política têm um papel importante neste sentido. Mas este papel é absolutamente inofensivo (quando não pernicioso) quando aquelas se dão à revelia das necessidades e possibilidades reais de luta e organização.

organização nos locais de trabalho

O principal discurso das oposições sindicais sempre foi a organização de base. Hoje, esta questão é colocada por toda e qualquer força política que pretende ter alguma influência. O que precisamos esclarecer é como entendemos estes organismos, qual o seu papel e o seu caráter de divisor de águas.

No seu I^o Congresso, em 79, a OSM-SP define: "lutamos ... por um sindicato organizado pela base apoiado nas comissões de fábricas. Um sindicato democrático em que a base disponha de mecanismos de controle sobre a vida sindical, na mais ampla participação ...". "A tarefa mais importante da luta operária é: antes, durante e após a tomada dos sindicatos das mãos dos pelegos, organizar os trabalhadores nas fabricas".

No geral, é terra batida a importância genérica das organizações nos locais de trabalho: maior sensibilidade para os problemas, absorve imediatamente a vontade da maioria, representação direta e revogabilidade imediata dos mandatos, subordinação a decisões de assembleia local, etc. Estes princípios de democracia operária que devem fundamentar as organizações representativas de base e que são frutos das experiências das lutas do proletariado internacional, nem sempre são observados e nem sempre o momento conjuntural permite organismos com estas características.

O problema está em que o desenvolvimento pleno destes organismos - as comissões - só é possível com um forte movimento de massas. Nos períodos em que o movimento de massas não está presente, existe uma forte tendência dos organismos de base a se tornarem apêndices das direções, principalmente quando estes organismos não conseguiram a representatividade das massas.

Outro aspecto a se destacar é a desorganização completa dos trabalhos que visam a criação dos organismos nos locais de trabalho. Este trabalho, considerado o mais importante, não tem lugar nas discussões das direções, nem se criam organismos responsáveis pelo acompanhamento organizado deste trabalho . O trabalho é espontâneo e da responsabilidade individual de

cada militante, com pouca sistematização e escassas trocas de experiências. No máximo, o que algumas direções sindicais melhores fazem é facilitar os trabalhos dos militantes abrindo-lhes a máquina sindical, fornecendo-lhes infra-estrutura e instrumentos.

De uma forma geral, podemos afirmar que a atuação das oposições nas diretorias sindicais ficou mais no sentido de agilizar e potencializar a ação sindical, porém sem avançar na negação da própria estrutura sindical e consequentemente reforçando a ideia do sindicato existente.

Estes organismos têm que se exercitar na prática de direção, tem que se habilitar a exercer o poder de fato. A forma concreta como isto ocorrerá só a prática e a experiência coletiva destes organismos dirão.

Sabemos das dificuldades para o desenvolvimento dos grupos nos locais de trabalho, que geralmente são clandestinos para os patrões e para a maior parte dos trabalhadores, no entanto, a experiência tem mostrado que mesmo assim já é possível uma relação efetiva entre estes organismos e o conjunto dos trabalhadores através de boletins, jornais internos, etc., mediados ou simplesmente auxiliados pela diretoria sindical ou pelas oposições sindicais.

Trata-se, portanto, de se avançar nesta experiência. Avançar para se efetivar o poder e a direção nas mãos destes organismos. Trata-se de combater TODAS as manifestações de trazer para dentro das estrutura sindical ou de submeter a ela estes organismos verdadeiramente representativos ou potencialmente representativos da vontade dos trabalhadores que são as comissões e os grupos organizados nos locais de trabalho.

Esta prática não pode ser entendida como restrita a determinadas categorias nem tampouco ver seu crescimento de forma linear. Entendemos que deve-se articular estes trabalhos entre as várias categorias de trabalhadores e com organismos com as mesmas características surgidos no movimento popular. Acreditamos que só assim será criada a força material capaz de sustentar as lutas tanto políticas como económicas dos trabalhadores e avançar para o confronto decisivo entre capital e trabalho.

A questão essencial da ênfase na organização de base, nos locais de

trabalho como ponto de partida da estruturação do movimento, é que só com uma organização desta qualidade o movimento operário brasileiro construirá os fundamentos de uma força capaz de fazer frente tanto à luta econômica quanto à política; somente assim poderá se colocar o problema da tomada do poder aos capitalistas, o controle da produção e a construção de uma nova sociedade.

É certo que apenas a organização não é suficiente mas sem a definição deste alicerce como básico, as outras questões da política operária e revolucionária aparecem distorcidas.

As lutas recentes do operariado brasileiro mostraram os limites da luta levada apenas nos limites estreitos do sindicato. E mostraram a potencialidade da classe em romper com estes limites criando novas formas de organização e representação: as comissões de 78, os comandos de mobilização e de greve em 79, a articulação extra-sindical de operários com o movimento popular nos bairros, a criação de articulações extra-legais (ANAMPOS, CONCLAT, CUT), interfábricas, Fundos de Greve, Comitês de Solidariedade, etc.

O sindicato nas mãos de um grupo imbuído destas ideias pode ser um instrumento poderoso a serviço da organização e da luta, com a condição de se colocar a serviço do movimento e não o contrário. Não é difícil, mesmo para forças de origem oposicionistas, ao tomarem o sindicato serem envolvidos pela máquina e abandonar esta preocupação (os exemplos são vários). Isto não diminuiu a necessidade de se lutar pela conquista dos sindicatos.

A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo é um modelo para a discussão que estamos propondo. Tanto pela sua idade, pelas experiências que viveu, pelas transformações pelas quais passou e pelos erros e acertos que praticou. Também porque é a que melhor caracteriza o tipo de oposição que estamos discutindo e que foi matriz das outras.

Se o movimento hoje destaca nacionalmente o sindicalismo "autêntico" e reserva uma simpatia e uma força bem menores às oposições sindicais, isto se deve, em boa medida, às contradições, incompreensões e erros cometidos por estas oposições nos últimos anos além da oposição política e os preconceitos de que foram vítimas.

Uma análise mais detalhada das Teses do seu I^o Congresso, de março de 79, mostra ali que, apesar de atribuir à organização da base e independente dos trabalhadores um sentido e uma importância corretos, não concebia claramente o processo pelo qual se constituiria um novo sindicalismo e o próprio papel da OS se confundia com suas metas.

Este processo a levou a comportamentos contraditórios onde ora vacilava em assumir a frente da luta quando tinha respaldo e representatividade a greve de 78), ora vacilava em promover a organização paralela ao sindicato pelego que poderia levar o movimento a dar um passo adiante (os comandos não foram uma experiência generalizada em todas as regiões de São Paulo). Neste momento, muitos militantes concebiam a OS ampliada como a própria expressão do movimento e não como uma força que devia impulsionar, inspirar e orientar as organizações de base e de massa sem se confundir com elas.

Como é possível fazer isso sem ser um partido? Ou melhor dizendo: como diferenciar uma oposição assim caracterizada de um partido político?

A auto-definição da OS é a de ser uma frente de trabalhadores organizada para lutar contra a estrutura sindical e pelo sindicato livre entre outras reivindicações.

O.S.: organização necessária

O problema maior enfrentado para levar a efeito esta prática é o de organização nas condições de clandestinidade. Os grupos de fábricas para se manterem tem que se resguardar das perseguições patronais, dos deduzidos, da ação policial, etc. Têm, também, que se reproduzir e garantir sua continuidade mesmo com os golpes da rotatividade e do desemprego.

O principal objetivo do grupo organizado no local de trabalho é conseguir a unidade da luta pelo interesse de todos. Este objetivo já determina que o grupo não pode ser constituído de uma só corrente de opinião que leve suas posições. A existência de grupos partidários organizados nos locais de

trabalho não só é possível como interessante para os partidos que querem ter base organizada nos locais de trabalho. Ocorre que organismos de natureza partidária, antes de tudo representam os interesses do partido e podem ou não representar os interesses da maioria dos trabalhadores. Um grupo de empresa, de fábrica, de banco, etc. tem que estar aberto a TODAS as correntes de pensamento que respeitem as condições do trabalho clandestino, os objetivos classistas e os encaminhamentos das ações definidas pela maioria. A unidade de ação do grupo é de extrema importância, mesmo que seja definida dentro do próprio grupo pelo fato dos mecanismos de decisão da massa não poderem ser usados. A experiência tem mostrado que toda vez que uma tendência organizada rompe com a unidade de ação do grupo só resulta em prejuízo para todos, visto que este fato TAMBÉM não está sujeito aos mecanismos de decisão de massa. Porém, não devemos nem podemos entender a unidade de ação do grupo como o submetimento a ele das posições partidárias. A liberdade de expressão deve ser garantida e estimulada pois não pode existir UNIDADE sem a livre manifestação das ideias. O grupo organizado deve desenvolver ao máximo mecanismos de consulta e de decisão das massas, mesmo nas condições do trabalho clandestino. As possibilidades de erros são maiores nestas circunstâncias, porém a experiência ensinará as formas de evitá-los ou diminuí-los. Nem sempre os encaminhamentos e as posições do grupo serão as mais avançadas, o que irritará bastante algumas tendências, porém isto é inevitável, mesmo em situações em que a massa pode se manifestar livremente.

A característica fundamental dos grupos organizados nos locais de trabalho deve ser a de FRENTE DE TRABALHADORES que lutam pela organização independente, autônoma, democrática e classista dos trabalhadores.

Foi neste sentido que a OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO definiu no seu 1^o Congresso em 79: "... a oposição não é um novo sindicato, mas uma frente de sindicalistas que lutam por ele, orientando o combate dos trabalhadores no sindicato atual e nas fábricas ...". E ainda: "... o objetivo é sempre o mesmo: mobilizar, organizar e conscientizar os trabalhadores na luta por seus interesses, seja nas assembleias, nas

comissões de fábrica, nas interfábricas ou nos comandos de greve. Mesmo quando as oposições participam de um organismo do sindicato, Comissão Salarial, por exemplo, o seu objetivo é criar condições para a ruptura com o atual sindicato controlado."

O caminho apontado pela OSM SP se mostra válido e atual. Uma frente de trabalhadores com posições classistas, que se organizasse em função da construção dos organismos independentes nos locais de trabalho e que exercitem a democracia operária, é o caminho da superação do impasse.

As oposições que conquistarem as diretorias de seus sindicatos não devem perder estas referências. Devem usar a máquina para aproveitar as condições materiais e políticas onde floresça com força e vigor a vontade organizada dos trabalhadores, a partir de seus locais de trabalho.

A existência de partidos políticos que buscam conquistar uma influência no movimento operário não nega a necessidade de uma frente das oposições com estas características. Considerar o inverso é considerar que existe uma liberdade sindical e política plena no país; é considerar que o operariado já está posicionado entre as tendências políticas existentes e que este posicionamento é que guia hoje a ação da classe; e considerar que o sindicato atual é a primeira e exclusiva referência dos trabalhadores.

Este alerta vale especialmente para as forças hoje presentes no PT, aquelas que reúnem melhores condições (pelas origens sindicais deste partido) de chegar aos trabalhadores. A condição é basicamente se despirem da visão gradualista e democratista da política, reconhecerem a importância da organização de base nos locais de trabalho (de fato e não apenas no discurso) e seu caráter autônomo frente as instituições burguesas e frente aos partidos. As divergências quanto a métodos, ação e objetivos (programa) serão resolvidos pelos próprios trabalhadores no seio de seus organismos de luta e representação.



a crise do socialismo polonês

Aos olhos de frações do proletariado em todo o mundo, os acontecimentos na Polônia contribuíram para aumentar as decepções acumuladas diante das experiências em curso de construção do socialismo. Ao longo do pós-guerra, a legenda heróica da Polônia e do seu exército tornada mais viva nas frentes de luta contra o nazismo, foi sucessivamente desgastada pelas circunstâncias que envolveram a desestalinização na Rússia e na Europa Oriental, pelo conflito sino-soviético, pelas "operações punitivas" da China contra o Vietnã, e agora pela crise polonesa. Para o operário que acredita no socialismo, o desencanto aumenta na medida em que a história real contraria princípios tão caros como os do internacionalismo e da solidariedade proletária.

Os ideólogos da burguesia, e os meios de comunicação ligados às classes dominantes em todo o mundo capitalista, se aproveitam destes fatos para apresentá-los, mais ou menos sutilmente, numa carga sistemática de propaganda anticomunista. Não é de se estranhar que se difunda, internacionalmente, uma tendência no sentido de ver o proletariado dos países socialistas numa situação de opressão em tudo semelhante à que é vivida pelos seus companheiros sob o capitalismo.

A situação se complica na medida em que vanguardas ditas comunistas, longe de conseguirem explicar os fatos e torná-los compreensíveis, desvendando os conflitos que têm cercado a evolução histórica do socialismo até nossos dias, antes se encarregam de apenas alimentar mitos, caindo numa fraseologia desvinculada da história real. Estamos a lembrar aqui não apenas dos reformistas mais distanciados da causa revolucionária, tais como os eurocomunistas, cuja prática já não se separa dos limites da ordem capitalista, e cujas profissões de fé democráticas já não deixam dúvidas quanto a um interesse de apenas atenuar a exploração e a opressão vividas pelo proletariado no mundo capitalista. Estes, quando falam na libertação do proletariado polonês, o fazem sob a ótica da democracia burguesa.

O problema maior é que, grande parte das correntes autodenominadas "revolucionárias", alardearam com tamanho simplismo a situação da classe operária polonesa, enquadrando-a no rótulo genérico da "opressão", que não restaria outra conclusão senão a de considerar que a classe operária, aqui e lá, sob o capitalismo ou sob o socialismo existente, estaria igualmente oprimida. Passa-se por cima do fato de que o processo de socialização dos meios de produção, em andamento desde o pós-guerra, iniciou a emancipação económica do proletariado polonês, permitindo-o atingir, antes da crise económica, um elevado nível de vida. Esquece-se de que existe na Polónia um setor capitalista no campo, que amortece fortemente as possibilidades de desenvolvimento da economia socialista naquele país. Os problemas concretos são deixados de lado. Em troca, fala-se genericamente na "opressão" da classe operária polonesa.

Mas não serão com generalidades que se contribuirá para o desenvolvimento da consciência das lideranças operárias que, no nosso país, querem compreender e aprender as lições que a crise polonesa ensina. Aliás, o que interessa levar hoje a esses operários não é uma adesão superficial ao Solidariedade ou ao POUP. Interessa, sim, esclarecer a natureza das contradições e o processo histórico que levou ao impasse atual do socialismo polonês. A compreensão do processo, na sua forma concreta e histórica, contribuirá para a formação da vanguarda operária no Brasil, muito mais do que as meras conclusões, bastante vazias, que têm marcado as publicações de grande parte da esquerda brasileira, sobre o assunto.

O que queremos colocar em discussão aqui são os problemas e entraves que se colocam no caminho da construção do socialismo na Polónia, e as condições reais de desenvolvimento da consciência de classe dos operários poloneses.

Fato é que a política governamental, assumida por uma burocracia criada a imagem e semelhança da burocracia da União Soviética, preferiu não tocar no problema do setor capitalista da economia polonesa, existente no campo. Este fato aliado a uma procura sistemática de capitais nos centros financeiros capitalistas, ao longo da década de 70, levou à crise económica e a revolta da

classe operária. A plataforma do Solidariedade, ao reivindicar voz ativa para os operários e melhorias sociais, esboçava os rumos de uma reforma na sociedade polonesa e de um revigoramento do socialismo naquele país. Mas a classe operária, na sua justa revolta, e ao longo da radicalização do conflito, assumiu posições que objetivamente facilitavam a organização política de forças interessadas na restauração do capitalismo (sindicatos rurais, igreja, etc.). Por razões que serão analisadas adiante, o fato é que o Solidariedade não tinha uma consciência socialista. E quando se fala aqui em socialismo, é precisamente da emancipação do proletariado que se quer falar. A ausência de uma consciência socialista se expressava na medida em que a classe operária favorecia a movimentação de forças que a prazo se voltaria contra ela própria.

Durante a crise, não se manifestou nenhuma força comunista organizada e em condições de canalizar a revolta operária rumo ao avanço do socialismo. A participação de muitos militantes do POUP no Sindicato Solidariedade mostra a sensibilidade dessas frações do Partido para com as reivindicações operárias, mas não veio a representar na prática uma força comunista em condições de ser ouvida nacionalmente. Na vanguarda dos acontecimentos, pesavam mais aquelas forças que representavam potencialmente a reação contra os interesses sociais e econômicos da classe operária. Mantido o processo nessas bases, em breve seriam abalados os sustentáculos do socialismo na Polônia.

Em linhas gerais, esta era a contradição presente da crise. A seguir, ela será analisada enquanto resultado de fatores históricos que vêm se desenvolvendo desde bem antes do confronto recente.

partido e estado

A República Popular da Polónia, como surgiu da Guerra Mundial, não foi resultado de uma revolução social. A revolução, na medida em que houve, foi feita "de cima para baixo". O Exército Soviético, na sua marcha vitoriosa em direção a Berlim, teve de promover reformas, destruir estruturas sociais para eliminar um inimigo potencial de classe na sua retaguarda. A primeira medida

foi a liquidação das grandes propriedades de terra e sua distribuição entre os camponeses. A socialização da indústria se impôs em seguida para garantir um mínimo de reconstrução econômica.

A formação de um novo Estado Polonês foi precedido por tenaz disputa entre a linha Soviética e as potências ocidentais. Os Aliados pretendiam evitar a "sovietização" Polónia, ou salvar pelo menos o máximo possível de interesses e influência para o Ocidente. A União Soviética se impôs, pois seus exércitos estavam presentes na Polónia e o Ocidente teve de se conformar com esse fato.

Moscou, desde o início, visava impor o seu "modelo" ao socialismo polonês. Não o fez, porém, sem se prestar a concessões. Em primeiro lugar, a fundação de uma "Democracia Popular" - termo desconhecido até então no vocabulário marxista - estava destinada a não assustar os Aliados Ocidentais. Evitou-se tudo que pudesse lembrar a Ditadura do Proletariado. Naquela época, a política externa da União Soviética, sob a chefia de Stalin, partiu da premissa de poder manter a aliança com as potências ocidentais também em tempos de paz, ilusão que só se perdeu com o início da "guerra fria". Para as finalidades soviéticas, além disso, era indiferente se a Constituição polonesa previa a imitação de uma Democracia Burguesa, com um Parlamento (o Sejm) ou uma Ditadura do Proletariado. A democracia parlamentar na Polónia ficou no papel, da mesma maneira como na própria União Soviética os sovietes, originalmente órgãos da democracia proletária, já estavam reduzidos a uma formalidade sem conteúdo e poder. O socialismo, que a União Soviética exportava, estava sob o signo do domínio burocrático, exercendo uma tutela sobre a classe operária do seu país.

A segunda concessão mais significativa foi em relação ao nacionalismo polonês, profundamente enraizado em todas as camadas da população, em virtude das desventuras da sua história passada, quando o país foi dividido três vezes entre potências vizinhas. Não só se restabeleceram todos os símbolos externos da soberania polonesa - bandeira, escudo e fardas dos seus soldados - como foram entregues ao novo Estado vastas regiões alemãs para serem anexadas, de onde a população civil, camponeses e operários, foi expulsa. Essa medida cabia perfeitamente no quadro da política de Stalin, no sentido de

aproveitar as contradições nacionais - mesmo entre países socialistas - em proveito do próprio poder. Essa medida, entre outras, reduziu o movimento comunista na Alemanha Ocidental a uma absoluta insignificância, da qual até hoje não se refez. Más isso é outro capítulo, que transcende o assunto a tratar.

O modelo soviético incluía o lado económico. Na primeira fase, depois da reconstrução, iniciou-se uma industrialização forçada, segundo os padrões soviéticos dos anos 30. A Polónia, (como as demais Democracias Populares), estava construindo o seu "socialismo num só país", transformando-se em poucos anos de um país agrário em um país industrial. A industrialização forçada, para que não havia as mesmas necessidades como houvera na União Soviética isolada entre as duas guerras mundiais, foi paga com grandes sacrifícios materiais dos trabalhadores poloneses, que não deixaram de manifestar o seu descontentamento crescente. A primeira revolta, em 1956, que levou Gomulka ao poder, selou oficialmente o fim dessa política econômica.

A Era Gomulka foi iniciada internamente com amplas reformas, ou pelo menos com projetos nesse sentido. Nas relações externas, foi inaugurada a "divisão de trabalho socialista" entre os países do bloco soviético, que culminou na formação do chamado COMECON, como é conhecido no Ocidente. Mas as reformas de Gomulka, da mesma maneira que as reformas de Khruchchev na URSS, chegaram a um ponto morto. Embora não houvesse uma volta às condições políticas dos tempos de Stalin o peso e a rotina da burocracia se imuseram sobre as experiências novas (e nem sempre bem sucedidas) e os parafusos foram novamente apertados. O salto qualitativo para uma democracia socialista, em que a classe operária exercesse diretamente o poder, não chegou a ser dado.

Gomulka, originalmente uma figura carismática para o proletariado polonês, na realidade foi incapaz de apresentar uma alternativa para o socialismo polonês e se desgastou lenta mas constantemente até que a tentativa do aumento dos preços de gêneros de primeira necessidade o derrubou em 1970.

Um traço particular do socialismo polonês representava a situação do

campo. Nenhum governo polonês enfrentou de fato o problema da coletivização. Até hoje, 71% das terras estão em mãos de pequenos proprietários. Isso significa que há um importante setor capitalista no seio da economia polnesa. Este setor, em vez de fornecer excedentes do produto do trabalho para a acumulação socialista, mostra-se, além disso, incapaz de cobrir as necessidades de alimentos do país, em virtude da sua baixa produtividade. O camponês da Polônia não age de maneira diferente do seu colega ocidental, ou mesmo do russo na época da NEP. Visando o enriquecimento individual, ele procura elevar ao máximo os preços dos seus produtos. Quando o preço não compensa, ele restringe a produção. Quando o produto escasseia, ele o retém, procurando vendê-lo no mercado negro ou forçar um aumento dos preços oficiais.

A tentativa de Gomulka de decretar; um aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade em 1970, foi um ato de apaziguamento em direção ao camponês individualista. Mas, o mesmo problema surgiu para o governo seguinte, o de Gierek, e também contribuiu para a sua queda. Foi igualmente herdado por Jaruzelski na tentativa de superar a crise é foi preciso declarar o Estado de Sítio para que o governo tomasse a coragem para reajustar os preços.

Antes de chegar a esse ponto, Gierek tinha tomado as rédeas. Operário, mineiro da Silésia, tentou um caminho novo para superar o impasse. Querendo aproveitar-se da ainda existente conjuntura de prosperidade do capitalismo ocidental, ele e sua equipe planejaram a criação de uma indústria de exportações. Incrementando as exportações polonesas no mercado mundial, julgava poder contornar a questão da insuficiência da sua própria agricultura arcaica e financiar desse modo a importação de gêneros alimentícios, além de matérias primas e de tecnologias necessárias ao desenvolvimento econômico. Dispondo de escassos recursos internos, foi lançada mão de créditos estrangeiros, tornando-se a Polônia, hoje, um dos países com a maior dívida externa "per capita".

A conta de Gierek não deu certo. Aconteceu que a prosperidade reinante nos mercados capitalistas ocidentais, acabou rapidamente, com a crise cíclica de 1974. Gierek tinha planejado a sua estratégia de construção socialista à

base de fatores não planejáveis: o funcionamento do mercado capitalista. A primeira repercussão das falhas dessa concepção já se fizeram notar em 1976, quando surgiram novas greves dos operários poloneses.

Não sabemos se Gierek e sua equipe estavam jogando na repercussão da economia ocidental ou se a inércia própria ao sistema burocrático impediu que se abandonasse o caminho escolhido. Fato é que o reinício da crise no mercado mundial, em 1980, teve resultados desastrosos para a economia polonesa. A estratégia de Gierek só conseguiu "importar" a crise econômica do Ocidente. E esta crise econômica interna tornou-se a espoleta que trouxe à tona todo o descontentamento acumulado da classe operária polonesa com as práticas do socialismo burocrático.

o “Solidariedade”

O Solidariedade não é uma vanguarda. É um movimento de massas e reflete primordialmente o descontentamento e as reivindicações da classe operária polonesa e seu atual grau de consciência. Falar de Solidariedade implica pois em falar do proletariado polonês, do caminho que percorreu até agora.

O proletariado polonês, como classe, não escapou do domínio ideológico do nacionalismo. Combativo e de ricas tradições de luta - basta ver Rosa Luxemburgo em "Greve de Massas ..." - o nacionalismo foi alimentado pelo fato de que patrões russos, alemães e austro-húngaros tenham assistido ao seu nascimento. E quem reprimiu a sua luta foram soldados e policiais das mesmas nacionalidades. A Polônia estava dividida e a burguesia polonesa propriamente dita era incipiente.

Rosa Luxemburgo, a fundadora do Partido Revolucionário Marxista da Polônia, via os perigos dessa influência nacionalista burguesa e dedicava todas as suas forças ao seu combate ideológico. No seu empenho, entrou em conflito com Lenin, que defendia o direito da autodeterminação até a separação dos povos oprimidos pelo czarismo. Rosa achava que uma separação da Polônia da Rússia não favoreceria a causa operária. O interesse

histórico do proletariado polonês era combater junto com o russo pela revolução comum e uma república socialista acima das fronteiras nacionais. Lenin não negava isto e assinalou mais de uma vez que não estava aconselhando ao proletariado polonês o caminho da separação. Simplesmente via o direito de autodeterminação como meio de neutralizar o nacionalismo das classes dominantes dos povos oprimidos pelo chauvinismo grão-russo. Mas já naquela ocasião era patente que a tendência internacionalista de Rosa era minoritária entre o proletariado polonês. A grande maioria dos operários seguia o PPS, o Partido Socialista de Pilsudski, que pregava a causa nacionalista.

Na Revolução de 1905, os operários russos e poloneses ainda lutavam lado a lado. O inimigo, o absolutismo czarista, era comum. Havia, entretanto, diferenças de métodos de luta. Enquanto na Polónia surgiram sindicatos, como forma básica de organização de classe, na Rússia formaram-se sovietes como centros principais de mobilização das massas proletárias.

Por ocasião da Revolução de Outubro na Rússia, tornou-se obvia a pouca penetração do internacionalismo, seja de forma luxemburguista ou leninista, na classe operaria polonesa. Embora muitos poloneses tenham participado da Revolução e muitos integrassem o Partido Bolchevique até os escalões de liderança (Radek, Dzersinski, por exemplo), a maioria do proletariado seguiu Pilsudski na formação de um Estado independente. Essa nova República Polonesa, em seguida, tornou-se base da contrarrevolução e da intervenção estrangeira contra a Rússia Soviética. Contando com a passividade da maioria da classe operaria, a Polónia invadiu a República Soviética por conta própria, tentando anexar a Ucrânia e outras regiões russas á "Grande Polónia".

Os exércitos de Pilsudski foram derrotados e tiveram que refluir para a Polónia. Para os bolcheviques colocou-se o dilema: satisfazer-se com a expulsão dos invasores ou penetrar na Polónia numa guerra revolucionaria, apelando para o levante dos operários poloneses. Houve oposição no seio do Partido, mas a maioria, com Lenin à testa, decidiu-se pela guerra revolucionaria. O resultado é conhecido. O proletariado polonês não atendeu aos apelos internacionalistas e decidiu-se pela defesa da "pátria". A derrota do

Exército Vermelho às portas de Varsóvia obrigou a Rússia Soviética a concluir um Tratado de Paz que deixou vastas regiões ocidentais nas mãos da Polónia, regiões que só puderam ser incorporadas à União Soviética no final da Segunda Guerra Mundial.

Poucos anos depois, Pilsudski estabeleceu uma ditadura fascista na Polónia, que reprimiu o movimento operário polonês com a mesma brutalidade aplicada pelos seus congêneres italiano e alemão.

Quando em 1945 a República Popular da Polónia foi fundada, duas tradições pesavam para os remanescentes da velha classe operária, que tinham sobrevivido à guerra e ao terror nazista. Em primeiro lugar, uma tradição de organização sindical, que foi retomada rapidamente e que chegou a ser transmitida a nova classe operária, formada durante a industrialização. Segundo, uma tradição nacional de anti-russismo e anti-germanismo, enriquecida agora, paradoxalmente por uma onda de anti-semitismo latente. A isso se juntou um aumento da influência da Igreja nos centros urbanos, devido ao fato de a primeira geração da nova classe operária ter vindo do campo. A Igreja Polonesa, mesmo nos tempos feudais, foi um dos sustentáculos do nacionalismo. Católica Romana, era obrigada, no interesse de sua própria sobrevivência, a defender-se contra o protestantismo alemão e a ortodoxia russa, identificando-se muito cedo com a causa nacional.

É preciso ver, porém, que essas influências e tradições existiam em estado latente, sem ter ainda consequências imediatas para o proletariado. Seu papel, porém, tornou-se agudo na medida em que crescia o descontentamento com as condições políticas e econômicas reinantes.

No início, os comunistas poloneses souberam neutralizar esses fatores adversos. Os operários se empenhavam na construção socialista que, como em outros países, tinha a sua época heróica. E mesmo quando crescia o descontentamento com os prolongados sacrifícios materiais, agravados pela crescente burocratização da vida social, a oposição operária se agrupava em torno de lideranças comunistas dissidentes do próprio Partido. Foi esse o caso de Gomulka, e ainda com Gierk. O movimento surgido em 1980, entretanto, desiludido com a experiência do passado, surgiu fora do POUP. Essa é a

característica nova da oposição do Solidariedade. Doravante se falava de "nós", o Solidariedade, e "eles", os comunistas.

Qual o papel do Solidariedade? Como julgá-lo dentro do contexto do socialismo polonês e do campo socialista em geral?

Em primeiro lugar é preciso salientar que as reivindicações levantadas pelos operários e aceitas no Acordo de Gdansk, quando postas em prática, grosso modo, significariam um progresso e um desenvolvimento para o Socialismo na Polónia. É responsabilidade histórica do POUP não ter aceito esse fato. De outro lado, porém, é preciso ver as limitações do movimento na solução da crise polonesa. Como já assinalamos, tendo surgido como movimento de massas, reflete, em primeiro lugar, o descontentamento das massas e isso abriu espaço para a atuação de movimentos estranhos à classe, como o KOR e outros, que procuravam um confronto político. É de se perguntar, por exemplo, se o presente momento era propício para exigir uma redução radical das horas de trabalho. A crise polonesa não é de superprodução, como no Ocidente Capitalista, e, sim, de carência de produtos essenciais. A crise só poderá ser superada com um aumento da produção.

Evidentemente, qualquer operário polonês mais experiente sabe disso, mas a grande massa não está disposta a tirar as consequências racionais. A razão é que os sindicatos livres encaram o Estado como um "patrão" qualquer e isto era o ponto fraco de sua tática, que acabaria por levar a um confronto aberto. Os sindicatos num Estado socialista, mesmo burocratizado, não podem comportar-se da mesma maneira como na sociedade capitalista. Lá eles tratam com uma classe dominante e antagónica, que em última instância tem que ser destruída, porque uma conciliação não é possível. Num Estado socialista, as contradições não podem ser tratadas como sendo antagónicas, sem por em perigo sua existência. A tática sindical do Solidariedade se limitou a reivindicações, sem colocar uma alternativa socialista, recusando compartilhar da responsabilidade pela existência e pelo desenvolvimento da sociedade socialista.

Isso teria pressuposto a existência de uma consciência socialista, que o Solidariedade não tinha. Seu internacionalismo se limitava a pedir apoio e ajuda material em escala mundial, não se importando de onde vinha, seja do

Vaticano ou da AFL-CIO. É claro que essa situação só se pôde dar em em virtude do desencanto com a política míope seguida durante anos pelo POUP e o profundo fosso que se abriu entre o Partido e a classe operaria da Polónia. Mas essa constatação em si não ajuda ainda a resolver o problema. Historicamente se criou um impasse, que nós não podemos querer superar mediante o sacrifício das bases socialistas da sociedade polonesa.

A falta de consciência socialista, ou simplesmente a falta de consciência de classe do Solidariedade, manifestou-se abertamente, pela primeira vez, nor ocasião dos debates em torno da criação de um "Solidariedade Rural". Sob pressão das massas operarias, o governo de Kania foi obrigado a conceder aos camponeses proprietários o status de um sindicato, à base de direitos iguais aos urbanos. Na prática, isso significou aumentar os poderes de pressão do setor capitalista da economia polonesa. Um setor cujos interesses a curto e longo prazo são justamente inversos aos da classe operária.

A tendência do reforço do setor capitalista não se limitou ao campo. Sob pressão do Solidariedade, o governo polonês foi obrigado igualmente a permitir a instalação de empresas particulares nas cidades com um máximo de 50 empregados.

Com o aguçamento das contradições entre o Partido e o Solidariedade, surgiram à tona as ilusões democrático-burguesas das massas. Era justo que o movimento exigisse a libertação dos seus companheiros presos durante greves e manifestações. Mas que o Solidariedade exigisse a libertação de todos os presos políticos, já não era. Sob essa pressão foram postos em liberdade terroristas de extrema-direita. condenados por atentados a bomba. E sob o manto protetor das liberdades democráticas, grupos anticomunistas e anti-socialistas, que, em nome da soberania nacional pregavam a volta ao capitalismo, podiam agir aberta e impunemente.

Na última fase do confronto, e sob a ameaça de uma greve geral, que nas condições da Polónia facilmente poderia tomar o caminho insurrecional, a parte mais radical do Solidariedade exigia um plebiscito sobre a futura Constituição da Polónia. É evidente que nas atuais condições isso significaria um voto pelo afastamento do POUP do poder. Embora esse não fosse o intuito

da grande maioria dos membros do Solidariedade, na presente situação isso teria significado o restabelecimento ou a formação de partidos burgueses empenhados em movimentar a roda da história para trás.

Como pôde surgir uma situação dessas? Será que os operários poloneses se tornaram conscientemente anti-socialistas e contra-revolucionários? Evidentemente que não e todas as tentativas de demonstrar o contrário só prosseguem no caminho da auto-suficiência burocrática do passado, que criou situações como a da Polónia. Mas não podemos nos basear em intenções subjetivas para avaliar uma situação histórica. O que há é um profundo descontentamento e a revolta dos operários poloneses com a situação criada, mas não existe na Polónia uma vanguarda comunista que pudesse canalizar esse descontentamento da classe operária para o caminho consciente do desenvolvimento da sociedade socialista. E sem essa vanguarda, que a presente situação só poderia sair do POUP, o socialismo não é garantido.

As reivindicações de Gdansk serão um progresso se forem implantadas no quadro do socialismo real existente na Polónia. E isso significa no presente momento a manutenção do poder do POUP. A materialização das reivindicações de Gdansk significaria uma melhoria da situação social da classe operária da Polónia, um passo à frente na sua participação direta no poder. Implicaria numa reforma de toda a sociedade polonesa e, não por último, numa revitalização e reformulação do próprio POUP.

As reivindicações, porem, não poderão ser impostas a margem do POUP, nem como instrumento para desalojar o Partido do governo. O POUP, como todos os PC nos países socialistas, bem ou mal - mais mal do que bem - representam os interesses históricos do proletariado e ainda são um instrumento e um fiador da manutenção do socialismo. E enquanto não existir uma vanguarda alternativa, que mostre na pratica a sua viabilidade, a derrubada e o afastamento dos PC nesses países seria ato contra-revolucionário.

Na Polónia , a solução da presente crise implica na manutenção do dialogo entre as partes, negociações que levariam à elaboração de um denominador comum. Diversas tentativas nesse sentido foram feitas, mas nenhuma se impôs. Os sucessivos fracassos e o conseqüente agravamento

das contradições deve-se aos dois lados em questão. A ala conservadora do Partido fez o possível para sabotar o Acordo de Gdansk e organizou provocações em diversas partes do país, para enfraquecer os reformadores. De parte do Solidariedade, surgiu a ala radical que, colocando em questão a liderança de Lech Walesa, procurou conscientemente um confronto, levantando reivindicações após reivindicações, sem dar tempo ao governo para se empenhar nas reformas economicamente necessárias para enfrentar a crise.

Quando Kania entregou o governo ao Gen. Jaruzelski, ficou patente que o Partido, na atual situação, dividido em diversas facções, não estava em condições de encontrar uma saída. O prestígio de Jaruzelski forçou o Solidariedade mais uma vez à mesa de negociações, mas a sua insistência de exclusão dos comunistas na formação de um Conselho Econômico Nacional, sua reivindicação do Plebiscito e a ameaça da greve geral criaram um ponto morto.

Não estamos aqui para justificar a instalação de regimes militares para a solução de problemas de países socialistas. Não é certamente essa a "linha justa". No máximo podemos constatar que no quadro de uma política errada há muito tempo, criou-se uma situação crítica que não deixou margem para alternativas.

Regimes militares, evidentemente, não são o instrumento adequado para uma ditadura do proletariado, mesmo levando em conta o caráter indireto com que o proletariado participa dessa ditadura. Não o são mesmo em se considerando que na Polônia as Forças Armadas são um prolongamento do Partido, com 85% dos oficiais (e 100% das altas patentes) comunistas inscritos. Temos um caso precedente na China, onde na última fase da chamada Revolução Cultural, Mao Tsé-tung foi forçado a chamar o Exército para reprimir as forças desencadeadas e fora de controle. Mao de certo modo ficou prisioneiro da fração militar do Partido até conseguir desembaraçar-se de Lin Piao.

A situação da Polônia não é a mesma da China e o próprio regime militar toma formas diferentes do precedente chinês. Se o Gen. Jaruzelski usar o seu poder para continuar as negociações entre o Partido e o que restou do

Solidariedade, mantendo as reformas, como prometeu, e restabelecendo o regime civil, logo que a situação permitir, então os danos serão menos graves para o desenvolvimento da Polônia. Para o movimento comunista internacional, os danos já são um fato consumado. A evolução dos acontecimentos poloneses, não há dúvidas, comprometeu a revolução proletária do mundo inteiro.

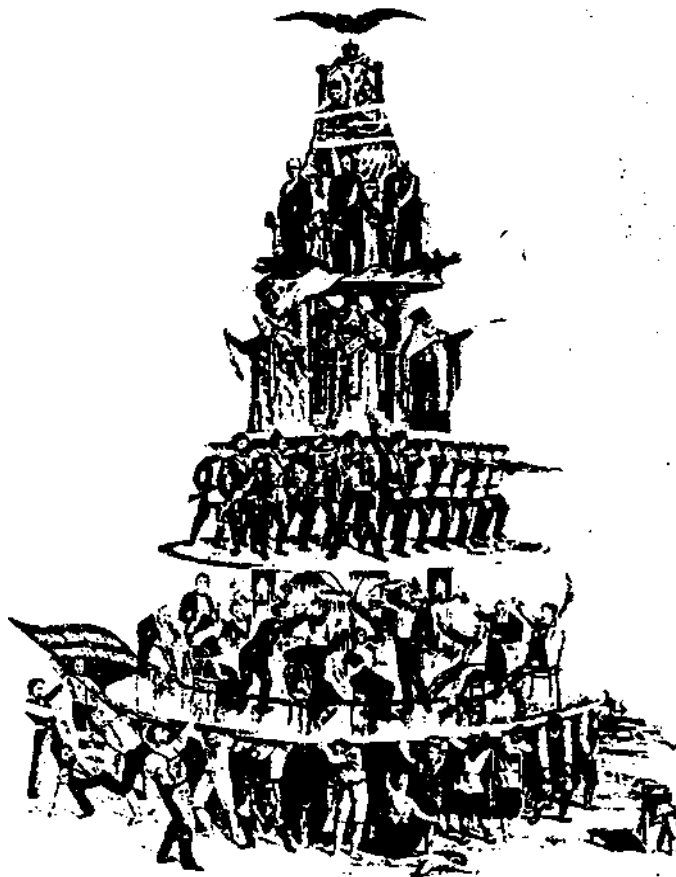
Seria gratuito, evidentemente, querer explicar a crise polonesa limitando-se aos fenômenos internos daquele país. Os "erros" do POUP refletem o estado de coisas reinantes em quase todo o mundo socialista de hoje, que é uma herança do stalinismo e mesmo da fase pós-staliniana. As razões do mal são mais profundas e se encontram no caminho concreto que a Revolução Mundial tomou até aí, no isolamento prolongado da primeira revolução proletária vitoriosa e o papel que a União Soviética desempenhou na expansão do socialismo durante e no pós-guerra.

Ouve-se dizer que a raiz do mal estaria no fato de, no fundo, a situação da Polónia não estar "madura" para o socialismo e que este tenha sido imposto pelo Exército Vermelho. Mas quem fala assim ignora a estreita ligação hoje existente entre as lutas de classes nacionais e a política mundial, isto é, as lutas de classes em escala internacional - como não existiu desde os dias da Revolução Francesa. A União Soviética não podia deixar de contribuir ativamente para a criação de um camoo socialista. Se ela tivesse respeitado as estruturas capitalistas dos seus vizinhos, a OTAN e o domínio imperialista se estenderia ate as suas fronteiras na Europa Ocidental e sobre todo os Balcãs. E a Polónia, particularmente, sob um governo nacionalista e burguês ter-se-ia tornado novamente uma base latente da contra-revolução mundial.

É evidente que havia alternativas de como introduzir o socialismo na Polónia e de como levar a sua revolução para a frente. Mas seria ingênuo supor que a União Soviética, sob o stalinismo, teria estado em condições para tal.

Nós não podemos deixar de avaliar os acontecimentos poloneses dentro de uma estratégia global sem renegar o nosso passado como comunistas e militantes da Revolução Mundial. Não nos podemos dar ao luxo de querer

abrir mão voluntariamente de nenhuma posição, de nenhum país onde o socialismo tomou pé, independente dos caminhos e formas concretas que chegou a tomar. Criticamos e nos distanciamos claramente dos regimes burocráticos, porque comprometem e desmoralizam o comunismo perante vastos setores do proletariado mundial. Combatemos as forças que em escala mundial se identificam com o regime burocrático por sua subordinação a ele e pela correspondente incoerência na luta contra a ordem capitalista. Mas temos que enfrentar decididamente também aqueles setores de esquerda que, praticamente, pretendem corrigir a História, começando tudo de novo em nome de um "socialismo melhor e mais perfeito". As melhorias e as perfeições serão obra do progresso da Revolução Mundial e não dos desejos subjetivistas das seitas existentes que produzem receitas para as lutas de classes nos quatro cantos do globo.



as contribuições e os limites do p.t.

1. O surgimento e posterior desenvolvimento do PT produziram ou agravaram crises em vários setores e organizações de esquerda, levando à pergunta sobre a necessidade de sua existência, diante do aparecimento do novo partido. Alguns responderam com a dissolução dentro do PT, embora, em certos casos, formando tendências lá dentro. Outros, ainda não saíram da crise e, certamente, não sairão inteiros.

2. A questão, portanto, está longe de ser ociosa. De fato, o PT tem crescido enormemente e hoje é um partido legal e de massas, com uma estrutura de núcleos que oferece ao militante de esquerda, via de regra, uma perspectiva de militância diária. Além disso, o PT possui um Programa de conteúdo anti-capitalista, que responde as principais lutas políticas da atualidade do país, sob o prisma da classe operária. Estaria então superada a necessidade de uma organização revolucionária? O PT está ou estará um dia em condições de exercer o papel de um Partido Revolucionário?

3. Do ponto de vista ideológico, a linha política do PT está condicionada ao nível de consciência atingido por sua liderança, ou seja, os sindicalistas autênticos. Nesse sentido, o Programa do Partido tem seu conteúdo ainda limitado pela experiência de luta política recente da classe operária, tal qual foi absorvida por essa liderança, ou seja, de forma mais ou menos empírica, mais ou menos pragmática. O programa não avança além de reivindicações parciais, que não chegam a colocar em risco a ordem capitalista. Sob esse ângulo parcial é que estão estruturados os sete pontos de seu Programa: 1. liberdade de organização partidária e sindical; 2. desmantelamento dos órgãos de repressão política e fim da legislação de exceção; 3. combate à política salarial; 4. por melhores condições de vida; 5. reforma agrária; 6. independência nacional; 7. Apoio aos movimentos das mulheres, negros e índios. Nenhuma dessas reivindicações, se colocadas em prática, decretarão o fim do capitalismo no Brasil; nesse sentido, não são palavras de ordem revolucionárias. Porém, o proletariado brasileiro jamais se tornará revolucionário se não passar por uma escola de luta política, travando hoje as

lutas de seu interesse imediato e que, genericamente, estão expressas no Programa do PT.

4. Para o PT, o problema da revolução socialista ainda não está colocado politicamente. Há, de fato, no Programa, elementos de uma ideologia socialista, quando é feita referência a uma sociedade sem exploradores e explorados, ou quando se fala genericamente em governo dos trabalhadores. Mas essa simpatia socialista, expressa em textos e discursos da liderança, estão longe de ser compreendida em todas as suas consequências: necessidade da destruição do Estado burguês, da implantação da ditadura do proletariado, da socialização dos meios de produção, para não falar da insurreição e dos aspectos internacionais da revolução socialista.

A propósito dessas questões as propostas do PT estão abaixo mesmo daquelas que consideráramos como o mínimo para o avanço de qualquer governo de transição revolucionário: destruição final das forças armadas burguesas, encampação dos monopólios, fim do controle da grande imprensa pela burguesia, confisco de estoques, controle operário dos preços, formação de um Congresso de Trabalhadores, como base do novo poder, etc. Evidentemente, não podemos pretender que o partido venha a adotar essas concepções pela via de um maior esforço na discussão interna (ao que parece esta é a maneira escolhida pelos trotskistas e também por outros grupos, que não perdem a oportunidade de querer inserir a todo custo no Programa do PT a sua concepção de Governo dos Trabalhadores). Da forma como foi criado e se desenvolve, o PT não se caracteriza como um partido de vanguarda, onde a discussão ideológica pudesse vir à ser elemento fundamental em sua formação. O PT é um partido operário (na medida que a hegemonia política é exercida por uma liderança operária), de massas, legal, dirigido por um núcleo de sindicalistas pragmáticos, e, como tal, tem os seus destinos políticos atados ao desenvolvimento político do proletariado, às lições que a luta trará. O PT é um espelho do amadurecimento político do proletariado; um instrumento importante na conquista de sua independência. Seu papel, sem dúvidas fundamental, não pode, entretanto, ser superestimado. O PT não substitui a necessidade de uma vanguarda revolucionária, devido a esse elo indissolúvel que o liga às condições objetivas do movimento de massas.

5. A essa característica política do PT, que não faz dele hoje um Partido Revolucionário, fruto das circunstâncias objetivas do estágio atual das lutas de classe, há que se somar outras duas, que poderão atrasar consideravelmente o processo de amadurecimento político pelo qual passa o Partido, impondo retrocessos: trata-se, primeiro, da presença de uma expressiva facção pequeno-burguesa que, se não detém a hegemonia política nacional, estruturou aparelhos estaduais sólidos e tenta descaracterizar o PT enquanto partido proletário, através da defesa de uma política de "frente popular" com partidos burgueses, unidade de oposições, coligações eleitorais, Constituinte, etc. Em segundo lugar, e principalmente nessas regiões dominadas pela facção pequeno-burguesa, o PT tem se descuidado de se enraizar mais no movimento operário, se ausentando de lutas importantes, como a greve da Fiat no Rio. Com a incorporação PP-PMDB, é possível que receba um "reforço" de descontentes dos partidos burgueses, que procuram o PT como tábua de salvação eleitoral. Essa gente só virá a reforçar essas facções pequeno-burguesas a que nos referimos. Entretanto, apesar dessas investidas e da expressão numérica da pequeno-burguesia no interior do PT, não se pode negar que a direção nacional dos sindicalistas autênticos mantém a hegemonia política do Partido, impedindo retrocessos marcantes. O futuro, porém, é incerto, se não houver dentro do PT iniciativas no sentido de seu maior enraizamento no proletariado e na defesa das suas reivindicações políticas de forma mais sistemática.

6. Como podemos caracterizar esta hegemonia mantida pelos sindicalistas? Em primeiro lugar, são eles que garantem a presença das reivindicações imediatas da classe operária no centro da vida do partido. Reivindicações tais como a luta pela liberdade de organização e expressão da classe operária, a luta pelos interesses económicos - o salário, a estabilidade no emprego, etc. - tornaram-se a marca específica da fisionomia do partido e a base do seu carácter de classe. É certo que nem sempre estas reivindicações são defendidas com a necessária clareza. Exemplo notório é a questão da liberdade sindical que, mesmo constando como ponto de honra do programa e das resoluções de qualquer congresso do partido, em geral não é apresentada como uma luta política decisiva para o avanço do movimento operário. A tarefa é colocada, predominantemente, nos limites de uma mera dinamização dos

sindicatos atuais. Embora o episódio da intervenção do Estado no Sindicato de São Bernardo do Campo, em 1980, tenha pesado na balança, fazendo importantes lideranças sindicais inclinarem-se no sentido de uma colocação da palavra de ordem (da liberdade sindical) nos termos de uma luta política contra a atual legislação, o que cria melhores condições para um possível avanço do partido neste terreno.

7. Mas a hegemonia dos sindicalistas não significa a defesa das posições classistas em todos os níveis. Na medida em que refletem o nível de experiência e consciência da sua classe, eles apresentam as grandes bandeiras ligadas à independência orgânica e política do proletariado mescladas com reivindicações democráticas gerais. A plataforma nacional aprovada recentemente traz inclusive uma nítida preocupação com as medidas econômicas de reorientação da produção capitalista, muito ao gosto dos movimentos da classe média. Se, por um lado, a presença de fortes contingentes da pequena burguesia dentro do PT pesa bastante na aprovação de plataformas deste tipo, não se pode porém desconhecer que os próprios sindicalistas endossam estas ilusões democráticas. Mas, se isto ocorre, é porque o nível de consciência dos sindicalistas está ligado ao desenvolvimento da sua experiência prática são posições que correspondem a um senso comum que o estágio das lutas ainda não pôde colocar em xeque, e que é alimentado inclusive pela influência ideológica unilateral a que estão submetidos, frente às organizações políticas da pequena burguesia. Há, no entanto, uma grande diferença entre tais ilusões democráticas que os sindicalistas endossam, e o democratismo sistemático da esquerda pequeno-burguesa. Basta lembrar que foram os sindicalistas a principal força que garantiu a recusa da bandeira da Constituinte, bem como a recusa das coligações com os partidos burgueses. Carece, portanto, de qualquer fundamento, a caracterização dos sindicalistas que lideram o PT como o esteio de uma corrente social-democrata no País, como pretende provar a Convergência Socialista. A se buscar uma caracterização que sintetize a postura dos sindicalistas, seria o caso de considerá-los "pragmáticos", tendo assimilado as lições mais flagrantes que a experiência de luta de classes colocou a nu: a recusa em levar a classe operária novamente para servir de massa de manobra para os partidos burgueses, e a defesa das reivindicações mais sentidas pela grande massa do

operariado.

8. Esta assimilação pragmática, e portanto contraditória, dos princípios da luta operária, se manifesta também na questão eleitoral. Por força das posições defendidas pelos sindicalistas, o PT considera que as eleições não vão alterar significativamente a relação de forças entre a burguesia e o proletariado, devendo-se ver a campanha eleitoral e a atuação no Parlamento antes como meios de elevar o nível de consciência e de organização dos trabalhadores. Por isto mesmo, as direções optaram por estimular candidaturas de lideranças tais como Lula, Olívio Dutra, Jacob Bittar, lançados como candidatos a cargos de difícil conquista. Mas, simultaneamente, interesses eleitoreiros muitas vezes se impõem, e quebram a coerência das atitudes acima referidas. Assim têm sido as facilidades abertas para o ingresso de forças estranhas ao partido, em nome do "peso eleitoral" dessas forças, a exemplo da adesão de facções do PP em São Bernardo. Importante é notar, porém, que apesar das contradições nas atitudes dos sindicalistas, há uma tendência mais forte que se impõe, e que nos permite resumir a posição do PT frente as eleições como em geral anti-eleitoreira, com vacilações e desvios localizados. Na liderança do anti-eleitoralismo está o presidente do Partido, que agiu como porta-voz desta tendência na última Convenção Nacional.

9. O PT hoje, pelas suas próprias limitações, é mais um movimento político, do que propriamente um partido. Esse caráter se expressa na linha política concisa, que busca enfrentar apenas os problemas políticos imediatos e que permite abrigar em seu interior uma ampla gama de forças, que passa da igreja, aos sindicalistas autênticos e a uma dezena de organizações de esquerda. Sob o ponto de vista de sua direção, trata-se de uma frente entre a esquerda sindical, a esquerda católica e remanescentes do que, no passado, chamamos de "esquerda revolucionária" (hoje teríamos que encontrar um outro nome para a esquerda organizada que está no PT). O Programa adotado é um programa de unidade, classista, que atende as necessidades imediatas. Não é a toa que discussões tendentes a "precisar" mais o Programa (como no caso da Constituinte e do Governo dos Trabalhadores) esbarraram, de um lado, no grau de consciência atingido pela vanguarda operária - que é quem no PT decide em última instância - mas, de outro, teriam levado a quebra dessa frente

política, que só pôde se estabelecer por se assentar em pontos mínimos. Em termos objetivos, o PT representa também uma frente embrionária entre a classe operária, trabalhadores rurais e a pequena-burguêsia, sob a hegemonia da classe operária, que exerce através dos sindicalistas autênticos, ainda que o elemento predominante numericamente entre os militantes ativos seja o pequeno-burguês. Essa situação atual poderá evoluir de diferentes formas, no decorrer da luta de classe.

10. Uma das características maiores do PT é que este se desenvolve enquanto um movimento legal. Seria difícil imaginar que o PT viesse a sobreviver se, por algum motivo, a ordem política atual viesse a ser quebrada, como, por exemplo, num golpe militar "à argentina". O PT vive e sobrevive como entidade legal. Dificilmente resistiria a um golpe. Como também não resistiria se fosse quebrada a hegemonia atualmente detida pelos sindicalistas autênticos. Nenhuma força política dentro do PT hoje teria condições de manter inteiro o Partido se a facção pequeno-burguesa fosse bem sucedida em seu propósito de dirigir o Partido, esta seria uma vitória de Pirro, que redundaria na descaracterização ideológica do PT, em sua transformação em "partido popular" e na inevitável desintegração. Nesse caso, a ala proletária poderia constituir uma nova alternativa.

11. Enganam-se, portanto, os que avaliam o PT como um simples somatório de organizações de esquerda. A realidade do PT não pode ser deduzida a partir da situação de uma ou outra região, vistas isoladamente. A nível nacional, pesam predominantemente as lideranças operárias, cujas posições não se afastam da média reinante nas áreas mais concentradas e atuantes da classe operária brasileira. Isoladamente, nenhuma organização de esquerda (nem uma frente entre elas) teria condições de impor seus pontos de vista no PT. Quando isto ocorre, ou é um fato meramente regional, ou se dá às custas de ficções, ao estilo dos núcleos fantasmas, sob cuja fachada às vezes se disfarça um ou outro grupelho. Há organizações que preferiram contornar a situação, simplesmente abdicando de suas plataformas particulares, e virtualmente dissolvendo-se na massa do Partido. Na realidade, qualquer organização comunista que pretenda influir nacionalmente no PT só o conseguirá a prazo, na medida em que seja também uma força operária em

condições de influir nas lutas em curso da classe operária. O processo, evidentemente, terá o seu começo, numa acumulação de forças partindo de áreas localizadas do movimento operário.

12. Trata-se de aproveitar esse momento político para acelerar o processo de amadurecimento político da classe operária. Isso significa participar do PT, não para tentar enfiar um programa revolucionário pela goela abaixo do Partido mas para tentar mobilizá-lo para a intervenção política sistemática, tomando como base sua plataforma e destacando, antes de mais nada, o seu item mais importante e urgente, a liberdade sindical. Um PT militante, que enfrente ao menos as questões políticas colocadas no seu programa, já será um avanço enorme sobre a situação atual e a passada. A própria luta trará a necessidade dos aprofundamentos na linha. Portanto, o caráter de luta do Partido é de vital importância; atualmente, nesse sentido, o PT está muito aquém das possibilidades (vide em relação à liberdade sindical, o desemprego e em muitas lutas concretas onde se eximiu de participar. Por esta razão, deve-se defender a manutenção das palavras de ordem do Programa e sua concretização na Plataforma de São Bernardo, pois não se pode ver a campanha eleitoral dissociada do movimento real e das lutas que podem ser travadas. Por isso também deve-se abdicar da tentativa de aprimorar politicamente o Programa no sentido de um verdadeiro programa revolucionário, o que seria uma tentativa completamente artificial. Se não podemos dar muitos passos a frente na definição do Programa do PT, evidentemente devemos lutar com todas as forças contra as tentativas das facções pequeno-burguesas de retroceder nesse terreno até o ponto assimilável por tendências políticas burguesas.

13. A outra preocupação dentro do PT deve ser pelo seu maior enraizamento junto à classe operária, de forma a fortalecer o seu caráter atual, a hegemonia operária em seu interior. Isso significa dar prioridade a formação de núcleos com composição operária majoritária, que possam solidificar essa característica de classe. Esses núcleos, uma vez constituídos e levando uma prática consequente com o Programa do PT, se tornarão pontos importantes para a formação de inter-núcleos que venham a produzir no Partido uma corrente de baixo para cima, de conteúdo genuinamente proletário, indo de

encontro às concepções positivas emanadas da direção nacional do Partido (sindicalistas) e contribuindo para fortalece-las. Um tal movimento implantado no Partido viria a tirá-lo da inércia em que se encontra e neutralizaria, sem dúvidas, as pretensões da facção pequeno-burguesa.

14. Como já dissemos, o PT não tem condições de representar no momento o papel de uma vanguarda revolucionária. Trata-se, porém, de uma expressão do movimento operário atual, precisamente a expressão da consciência já alcançada pelas frações mais avançadas da classe, quanto à necessidade de um partido político independente dos partidos burqueses. As manifestações de independência da classe operária nascem marcadas por limitações, que são as próprias limitações do movimento recém-despertado. O PT será, para frações da classe que dele participam ou que virão a participar, mais uma (e importantíssima) escola no caminho da sua formação. O papel dos comunistas não poderia ser o de olhar o fenômeno do alto e de fora dele, enumerando os seus desvios, que são, afinal, expressões do movimento operário real, hoje. A revolução, já disse Lenin, não avança em linha reta, como numa avenida larga e plana. E os comunistas não podem se isolar das manifestações genuínas do movimento operário, em nome das limitações que eventualmente venham a marca-lo, neste ou naquele estágio da luta. Afinal, o seu papel é o de contribuir para que as limitações se superem mais rapidamente, no tortuoso caminho das lutas: é o papel de contribuir para que o movimento operário possa mais rapidamente seguir o curso do seu amadurecimento, o qual passa, como já havia observado Marx em outras situações, pelo trabalho contínuo de criticar constantemente a si próprio, escarnecendo com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços.

p.t., uma ilusão perigosa

Falou-se muito do PT nos gabinetes da burguesia, no meio da vanguarda operária, nas discussões acaloradas da esquerda, no meio estudantil e, sobretudo, nos próprios organismos do partido. Nenhuma discussão, porém, de nosso conhecimento que estabelecesse uma aproximação correta da relação do PT com o caminho da revolução dos trabalhadores, da destruição das bases do poder da burguesia, da construção do poder operário e do socialismo neste país.

Nosso impulso e confiança em abrir este debate têm duas fontes: uma delas é a compreensão e a aceitação da doutrina marxista como a base do conhecimento decisivo para se entender a realidade da luta de classes e se definir os objetivos revolucionários na época em que vivemos.

A outra fonte é a participação ativa que temos tido na construção e direção do movimento operário recente em uma de suas duas principais correntes: o movimento centrado na teoria e na prática das oposições sindicais. Ali destilamos nossas ideias e preocupações na vivência dos problemas concretos colocados pela organização dos trabalhadores desde os locais de trabalho, passando pela luta contra os pelegos, pela conquista de sindicatos livres, passando pelas lutas contra a estrutura sindical, por articulações sindicais extraoficiais como os comandos de greve, interfábricas, piquetões .

Ali vivemos o movimento grevista que em 78 e 79 teve uma presença tão pujante e significativa quanto o de São Bernardo mas que nos anos seguintes, e especialmente em 79, sofreu uma repressão e um isolamento que São Bernardo esteve longe de enfrentar. Só para lembrar, o movimento operário de São Paulo, especialmente os metalúrgicos, teve que enfrentar a maior e mais bem montada máquina pelega da história do sindicalismo brasileiro.

Ali apreendemos também a identificar a face mais viva e traidora do reformismo de esquerda (via o PCB, o PC do B, a Hora do Povo), a política oscilante (entre conciliadora e esquerdista) dos trotsquistas, a trajetória do

sindicalismo autêntico (sentindo na carne as suas vacilações) e todo o cinismo da "abertura política", misto de circo e pancadaria que a burguesia brindou aos trabalhadores.

Se no balanço geral de alguns anos de luta, a linha sindical "autêntica" se projetou nacionalmente como o "novo modelo" para a libertação dos trabalhadores isso não se deveu principalmente a nossos erros, embora fossem muitos os que cometemos e também não a justeza incontestável daquela linha. A continuação deste debate permitirá uma análise mais séria e profunda disso.

Da nossa parte, investimos, ainda que sem um projeto político bem acabado - deixando-nos envolver na espontaneidade do movimento - no aspecto mais avançado do novo movimento operário pos-67, aquele que na teoria e na prática reconhecia a capacidade de se criar uma organização independente dos trabalhadores ao nível de fábrica, da luta sindical e da política em geral como o único meio dos trabalhadores romperem com a tradição paternalista que sempre os deixou a mercê das influências e do controle pelas classes dominantes e pela ideologia destas.

Não é uma teoria acabada: as respostas ainda se debatem com uma série de problemas mas tanto as perguntas como as respostas apontam para um caminho que diverge, em essência, da maioria dos companheiros que elegeram o PT como o trilho por onde passa o trem da revolução.

O PT não gozou, desde o seu surgimento, de nossa simpatia. Não porque negamos a necessidade de um partido de trabalhadores ou porque não percebemos o significado geral da nova proposta.

Desconfiamos do PT como resposta histórica à necessidade política dos trabalhadores por não acreditar que um projeto político que tomava como base de mobilização operária a teoria e os métodos do sindicalismo "autêntico" pudesse representar a ruptura do movimento operário com a camisa de força sindical, com o paternalismo político que tradicionalmente marcou a participação dos trabalhadores na política brasileira dos últimos 50 anos.

Não é por mero acaso que um documento recente do PT 64 de

convocação de um ativo sindical afirme que existem duas correntes no movimento sindical: o sindicalismo "autêntico" e o peleguismo, ignorando a teoria e a prática das oposições que proliferam no país e cuja meta não é simples e principalmente "tirar a direção das mãos dos pelegos" mas derrubar a estrutura sindical e construir em seu lugar um movimento operário organizado pela base, democrático, participativo.

Também não colocamos o PT, desde logo, no campo dos inimigos. Para usar uma imagem, o PT nos apareceu e aparece como uma fogueira que aquece os que lhe estão próximos, espanta as feras mas não ilumina as trevas.

Nossa tese é que a principal condição para o PT assumir o conteúdo da bandeira socialista que genericamente abraçou é a de se colocar à frente da luta revolucionária dos trabalhadores e que esta luta nos limites do regime burguês-ditatorial (apesar das "aberturas") se realiza principalmente no espaço político extra-legal, ou seja fora e contra as instituições burguesas ou sob seu controle direto. Isto o deixa diante de um impasse: ou aceitar o papel de partido "consentido" (isto é, tolerado, enquanto for útil e não for fundamentalmente perigoso a burguesia e à ordem constituída), condenado a exprimir sua ação nos estreitos limites da legalidade de uma ditadura mal disfarçada em democracia e subordinando as necessidades de luta e organização dos trabalhadores a estes limites; ou assumir a luta revolucionária dos trabalhadores, o que implica em definir-se firmemente pelo socialismo, afastar de seu meio os oportunistas e conciliadores e enfrentar a parada contra os patrões, o governo, o sistema, perdendo possivelmente parte de seu trânsito legal, mas conquistando junto com as massas exploradas um espaço político real de ação revolucionária.

sociedade brasileira e revolução

Antes de qualquer outra consideração, nossa análise parte de duas considerações fundamentais: a primeira é que o Brasil é um país capitalista plenamente desenvolvido, tanto quanto pode ser um país que se fortalece como nação capitalista em plena era do Imperialismo, da multinacionalização

do capital; que o estado de miséria, de atraso, de ignorância das massas trabalhadoras não é fruto do atraso do capitalismo, da existência de traços feudais ou neo-capitalistas, mas sim da forma particular com que se dá o desenvolvimento do capitalismo na época atual em países como o nosso.

Uma primeira consequência disso é que não há nenhuma revolução "democrática" (burguesa) a ser feita; que apenas a revolução socialista, a expropriação dos meios de produção e do poder das mãos da burguesia é que pode libertar os trabalhadores da miséria, da ignorância e libertar as forças produtivas sociais hoje acorrentadas aos interesses reacionários do capital e do lucro.

A segunda consideração é que não estamos ainda diante de uma situação política e social em que a burguesia tenha perdido sua capacidade de dominação e que os trabalhadores, guiados pela ideia do socialismo, se coloquem o problema da derrubada violenta do poder dos patrões e a construção de um poder operário.

Embora hoje estejam descartadas tarefas imediatas de organização e preparação de conflagração decisiva para a tomada do poder pelos trabalhadores, esse ainda é o objetivo que diferencia os verdadeiros amigos da classe operária e deve orientar qualquer política em relação a ela.

Qualquer uma destas afirmações, sozinha, chamaria um sem número de páginas de explicação e aprofundamento. Para as metas deste artigo, ficaremos nelas.

o ventre que gerou o p.t.

O grande e inegável mérito do PT foi ter levantado, em escala nacional, a necessidade dos trabalhadores organizarem um partido próprio, independente e antagônico aos partidos da burguesia e seus aliados. Esta talvez tenha sido a principal razão pela qual foi capaz de sensibilizar e atrair para seu projeto uma parte da vanguarda operária e a quase totalidade da esquerda não

comprometida com o reformismo tradicional.

Acontece que a ideia e a prática de organização do partido não se fizeram tão e simplesmente em cima desta bandeira. O PT, como significado político mais geral, representa a projeção nacional e a aceitação política do "modelo São Bernardo" de sindicalismo combativo como o meio fundamental da organização dos trabalhadores para a luta sindical. A luta política dos trabalhadores teria seu canal e sua máxima representação no próprio partido na medida em que ele se formasse como partido de massas.

À linha sindical, soldou-se ainda uma teoria política de origem bem variada onde, sob a bandeira genérica de um socialismo (que a própria direção do partido teima em não definir o que seja), se nota traços da visão social-democrata, do liberalismo burguês, do nacionalismo populista radical, da ideologia de libertação propagada pelo clero progressista e também do socialismo revolucionário de inspiração marxista-leninista em várias versões.

Neste caldeirão ideológico, destaca-se porém, uma convergência geral na prática do partido onde se privilegia a ocupação dos espaços institucionais: os sindicatos, o parlamento, a grande imprensa, etc. e como estratégia política, a conquista gradual de reivindicações operárias cujo acúmulo seria o ponto de ruptura do equilíbrio do Estado burguês a partir de suas próprias instituições. Uma estratégia não muito diferente do populismo e do reformismo de esquerda, também auto-proclamados socialistas.

A vacilação do PT e seus intelectuais mais proeminentes em definir uma bandeira política clara, não nos parece ser as precauções teóricas face a um movimento de características novas. O alardeamento da tese de que se trata de um movimento de novo tipo nos parece, ao contrário, uma manifestação de claro oportunismo político que lhes permite fugir a uma definição socialista, revolucionária e marxista, ao mesmo tempo em que não se sentem na necessidade de negar estas definições de princípios e objetivos.

Não se pode dizer que qualquer destas inclinações político-ideológicas sejam projeções naturais e inevitáveis do movimento operário dos últimos anos. Uma análise mesmo superficial das lutas sociais recentes no que elas

tiveram de mais dinâmico, de mais inovador - o movimento operário grevista de massas - mostra que o móvel destas lutas, o estímulo dos trabalhadores foi a melhoria das condições de vida e de trabalho em seu estágio mais inicial, o econômico, o sindical. A política não chegou a se colocar para as massas trabalhadoras como uma questão de classe, de disputa dos mecanismos de poder.

A ideia de que o PT representa justamente este salto que separa sindicalismo de política desconsidera que, no que diz respeito a organização e à consciência da massa, o elemento fundamental de transformação é a ação. E as ações da luta operária ficaram e ainda estão, fundamentalmente confinadas ao campo sindical.

Um partido político, mesmo operário, não é a organização da massa e sim a organização de uma parcela consciente desta massa que disputa um papel de direção nas lutas e a realização de um programa. O PT, visto como partido, tem que ser medido pelo seu programa mas, principalmente, na qualidade e sentido da direção que pretende imprimir as lutas operárias (O programa sindical do PDT e do PMDB, por exemplo, são tão liberais e reformadores quanto o do PT).

Se o PT foi gerado em torno e a partir do movimento operário, isso não o transforma, necessariamente, num partido operário, apesar das intenções e do estado de espírito nele dominantes.

É mais fácil encontrar a gênese do PT nas necessidades burguesas de restauração das instituições e na capacidade de atrair contingentes significativos, politizados e descontentes das classes médias. A nosso ver, é essa gênese que o impede de uma definição política mais clara.

luta sindical e política

A liderança que produziu o PT passou da experiência sindical para a política sem compreender ou resolver o problema essencial da classe operária, colocado hoje como uma questão de fato: a necessidade de sua organização

independente do Estado burguês, da luta radical contra a permanência da estrutura sindical getulista e dos métodos paternalistas de condução e organização do movimento operário.

Seria errado pensarmos que as posições defendidas em São Bernardo de organizar a luta dos trabalhadores exclusivamente a partir do sindicato constituam apenas uma manifestação de inexperiência. Havia naquilo tudo, e particularmente na maneira que eles viam e combatiam a proposta de formação de comissões de fábrica com autonomia em relação aos sindicatos, uma ideologia política que assumia como definitiva a instituição sindical para canalizar a luta dos trabalhadores. O exemplo mais claro desta ideologia e da política que ela inspira aparece na vacilação da direção sindical de São Bernardo em comandar a livre associação da massa trabalhadora quando o sindicato sofreu intervenção. Naquele momento, a massa foi conclamada a "defender o sindicato" quando na verdade estava mais interessada na defesa daquela direção combativa. E seguramente não vacilaria em se constituir num grande e poderoso sindicato livre, que poderia inclusive ser reprimido, mas teria profunda repercussão sobre o futuro do movimento ali e no restante do país. O fato do Fundo de Greve substituir o sindicato como referência de articulação sindical onde se reunia a direção cassada, cumprindo um papel decisivo naquele momento, não serve para encobrir o fato político de que se abandonou uma oportunidade única de se colocar, de forma concreta, uma nova bandeira e uma nova referência para o movimento sindical e político da classe operaria.

A argumentação defendida era de que já naquela época a luta sindical estava politicamente esgotada porque se chocava com a política mais geral do regime e que era necessário então que os trabalhadores se organizassem para influir na esfera da política e dos partidos. Este pensamento ignora a verdade que se a direção de São Bernardo adotasse, naquelas condições uma posição de classe radical, com o respaldo e a representatividade que tinha (porque esta era a disposição do movimento), teria criado o primeiro e mais importante obstáculo a livre manipulação dos trabalhadores pelo regime. Esta condução obrigaria também as correntes burguesas e pequeno-burguesas (partidos como PMDB, e mesmo os partidos clandestinos como PCB, PC do B) a mostrarem

sua face real de compromisso com a redemocratização burguesa e não com a revolução dos trabalhadores.

Se os trabalhadores ainda não deixaram sua marca definitiva na história brasileira isto se deve em muito a política que dirigiu suas lutas e, sobretudo, sua organização. E esta qualidade do movimento, o PT sempre interpretou de maneira própria, não dialética. O caráter vistoso das manifestações em São Bernardo e as repercussões nacionais daquelas jornadas abafaram o fato de que mesmo lá não se fez quase nenhum esforço significativo para construir uma sólida organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, à prova de intervenções federais, capaz de democratizar e vitalizar a vida sindical, de construir as bases da destruição do sindicato getulista. E preparando, simultaneamente, as bases para um movimento político operário com conteúdo de classe e revolucionário.

A direção sindical que se fortaleceu em São Bernardo a partir da experiência dos metalúrgicos e em torno da figura de Lula, desde seu surgimento rejeitou (quando não combateu abertamente) toda experiência de organização e luta que se processasse fora dos sindicatos; combateu as comissões de fábrica (opondo-lhes, na época, o delegado sindical); foi conivente e conciliadora com a prática e as propostas dos pelegos e reformistas cuja traição era acobertada na Unidade Sindical; desconheceu e combateu o significado revolucionário dos comandos de luta, a organização pela base de empresas, etc.

Isto não desmerece o valor e a importância da conquista de dezenas de sindicatos por composições de forças não comprometidas com o peleguismo tradicional e que, umas mais do que outras, favoreceram as lutas e a organização dos trabalhadores. O que estamos tratando aqui é de uma questão de qualidade e consequências gerais para o movimento operário e revolucionário. As ondas grevistas não são novas em nossa própria história e também não é novo o fato de que se as greves não se prestam à construção de uma forte organização operária, os patrões se recuperam e arrasam o movimento com a violência que for necessária, não deixando pedra sobre pedra. Que memória tem o movimento operário de hoje das lutas de 53, de 63,

de 68? Que organização ficou que fosse a base uma retomada em 77 em nível mais alto?

Uma análise mais detalhada do processo que vivemos mostra que em nenhum outro momento de nossa história dos últimos 50 anos os trabalhadores mostraram tal vitalidade, tal disposição de quebrar as barreiras do controle burguês sobre seu movimento. E esta disposição foi parcialmente neutralizada pela qualidade da direção que encampou a frente das lutas. Se esta direção soube compreender o espaço que se abriu ao movimento operário pelas vacilações da burguesia e pela sua política consciente de "abertura", não soube entender o significado da luta operária que despontou nas jornadas grevistas de 78, organizadas em comissões de fábrica, cujo fortalecimento e articulação representariam o embrião de um verdadeiro sindicalismo combativo, amplamente representativo e democrático.

Dizer que a evolução seguinte foi uma consequência natural do estágio do movimento, do seu passado de submissão à repressão e ao controle ideológico, é não absorver que naquele momento e naquelas condições ele estava rompendo com aquele passado e que o papel de uma vanguarda era incentivar, fortalecer e se colocar à frente daquele rompimento. Num momento em que uma burguesia ainda forte mas abalada por divergências internas procurava fortalecer os mecanismos institucionais para configurar um "pacto" com os trabalhadores (que antes eram tratados somente no cacete), o desenvolvimento de uma organização operária fora deste controle, e por isso capacitada a explorar todos os meios legais sem se deixar controlar, era a única condição fundamental para os trabalhadores conquistarem um espaço político decisivo naquela correlação de forças, impor um recuo à burguesia e a ditadura e construir um novo patamar para a continuidade de suas lutas.

De outra forma, como entender a projeção dada a Lula e ao lulismo através de todos os meios de comunicação nestes últimos anos? A burguesia interessava encontrar no movimento operário uma direção representativa mas também que não rejeitasse as regras do jogo institucional; um interlocutor válido que não fosse marcado pelo estigma do peleguismo, sob pena dela perder o controle da situação. Neste sentido, deu corda ao sindicalismo "autêntico" só o reprimindo quando as lutas ameaçavam fugir ao domínio da

legalidade (nas greves de 79 e 80 em São Bernardo). Já a greve dos metalúrgicos de São Paulo, cuja força principal incentivadora e organizadora foi a oposição sindical (e não o sindicato), que pregava a auto-organização dos trabalhadores em comandos de representação, direção e de luta, foi reprimida mesmo antes de começar. A polícia invadiu as sub-sedes sindicais (arrancadas pela oposição ao Sindicato), prendeu dezenas de militantes tentando afogar na casca o movimento. Não dá para ver nisso um mero acaso.

A corrente das oposições sindicais esteve mais perto de entender este problema mas, por outras razões que não discutiremos no âmbito deste artigo, mostrou-se incapaz de tirar dele todas as consequências.

O que vale dizer é que se perdeu um momento decisivo para a construção de uma nova situação para a organização dos trabalhadores que hoje estaria dando uma nova referência para a realização de uma política operária.

O PT apareceu como herdeiro e continuador daquelas lutas operárias em outro nível, o nível da disputa política nos espaços legais abertos pelo processo da "abertura".

Neste papel reivindica a si, além da direção sindical, a direção da luta política do proletariado; e quer se apresentar como o canal para o engajamento operário na política com P maiúsculo.

Já mostramos o caráter revolucionário duvidoso de sua proposta sindical. Isto não nega parte de sua importância conjuntural neste plano pois tem a seu favor a projeção nacional das lutas de São Bernardo e, especialmente, a imagem de Lula como líder operário de fibra, que negocia mas desafia, que exige mas sabe ceder. Enfim, um líder que "lava a alma" dos trabalhadores, ajudando-os a reconstituir um aspecto de sua identidade de classe.

O surgimento de lideranças é inseparável de qualquer processo de mobilização de massas. A projeção nacional de Lula e do sindicalismo "autêntico" beneficiou-se, porém, do investimento que o sistema fez num sindicalismo mais representativo porém indiretamente controlável. Era uma jogada de risco da burguesia e isto se mostrou na evolução política daquela

liderança sindical, e no caráter do próprio movimento operário de massas que, uma vez desencadeado, começou a fazer valer suas necessidades, empurrando para a frente sua liderança real.

No entanto, ao reforçarem o mito e sua proposta sindical, estavam reforçando também um movimento que tolhe a multiplicação, o desenvolvimento e a consolidação de novas lideranças locais, na medida em que este processo passa a ser estritamente controlado (quando não castrado) pela direção sindical. Nisso, a visão estratégica da burguesia não foi frustrada e este é, talvez, o fato de maior significado estratégico para o movimento.

Os métodos sindicais, guardadas as diferenças, foram transpostos para a prática partidária e política.

Do grande contingente de quadros políticos que se incorporaram e incorporam ao PT, interessa-nos, neste momento, os quadros operários, trabalhadores da cidade e do campo. Estes, vindos de uma experiência de luta e organização sindical limitada apesar dos grandes avanços, não estão ainda marcada por uma visão estratégica e tática, dos fins e dos meios.

Para estes jovens e velhos militantes operários (mais jovens do que velhos), o PT representa o cimento de seu instinto e necessidade de classe para a ação política contra os patrões, contra o regime ditatorial, pelo direito dos trabalhadores serem ouvidos e respeitados de norte a sul do país.

No entanto, o que o PT como estrutura, como direção, como métodos de ação interna e externa lhes devolve? Como se desenvolve sua consciência dentro desta frente?

Aprendem uma visão parcial e dogmática da realidade da luta e da organização operárias onde só o "lulismo" é medida para a libertação sindical; aprendem que a direção se galga através de acordos e compromissos internos e não pela força e representatividade conquistadas no movimento; aprendem que a meta atual dos trabalhadores é a consolidação da democracia parlamentar burguesa - com ou sem Constituinte - e não a destruição da ordem burguesa e a construção do socialismo e da democracia socialista; ouvem dizer

que as eleições e o parlamento são meios e não fins mas são praticamente alijados da luta e da organização de sua classe em benefício da "construção e legalização" do partido, da disputa das vagas eleitorais; aprendem que os operários têm interesses antagônicos aos patrões e são obrigados a conviver e "respeitar" um sem número de parasitas pequeno-burgueses, social-democratas de diversos matizes para quem o socialismo se alcança por métodos "democráticos" e que encontram guarida no falso democratismo e nas indefinições do PT.

É justo disputar o espaço dentro da legalidade burguesa conforme a época e as condições. Os operários nunca se furtaram a esta oportunidade. Mas a forma como isso se faz determina e expressa também a qualidade dos partidos operários, se eles são ou não incentivadores e instrumentos da revolução dos trabalhadores.

Discutiremos isto melhor no capítulo seguinte.

eleições e parlamento

Para julgar a questão eleitoral e parlamentar e, em particular, o papel do PT neste processo, é preciso antes pensar no significado mais geral deste processo sob o prisma da luta de classes e da evolução política dos últimos anos.

Os militares sempre desempenharam um papel destacado na vida política brasileira, não só como os guardiães da ordem dominante, mas também como centro de irradiação de um pensamento, de uma política. Isto tem acontecido na maioria dos países latino-americanos e prende-se à incapacidade do desenvolvimento capitalista destes países de atender a necessidades fundamentais das massas exploradas, da radicalidade que as lutas de classes assumem rapidamente, da fraqueza das burguesias locais e da própria sociedade formada em conter, por mecanismos democráticos tradicionais, as aspirações dos explorados.

Mesmo o mais longo período "democrático" da história da República

Nova (depois de 1930), entre 1945 e 1964, foi marcado pela pressão ora aberta, ora surda, dos militares e por tentativas golpistas. O fato dos regimes militares geralmente representarem o favorecimento de um ou mais setores das classes dominantes em detrimento de outros não diminui o fato de que eles defendem, antes de mais nada, a ordem burguesa como um todo, eles garantem a permanência do sistema explorador.

Nos anos pós-64, os militares (de patente, é claro) foram o "partido" da burguesia. Era nos organismos militares que se definiam a política econômica e social e era a eles que os tecnocratas prestavam contas e levavam sua contribuição técnica. Sob este sistema de poder - a ditadura militar - consolidou-se no país o desenvolvimento econômico integrado e dependente do imperialismo, baseado na intensificação da relação internacional, da multinacionalização da economia, da concentração acelerada do capital, necessidades que já se desenhavam desde a 2ª. Guerra Mundial como processo necessário a recuperação e ao desenvolvimento do capitalismo internacional.

A "abertura" política não foi, principalmente, o fruto de uma pressão de baixo, das massas oprimidas contra a ditadura. Havia um movimento surdo que mais cedo ou mais tarde eclodiria abertamente. Mas a burguesia, através da ditadura militar, antecipou-se nesta guerra e começou a preparar o terreno para enfrentá-la em condições melhores. Havia, também e principalmente, uma pressão vinda da própria burguesia de readquirir o controle direto do Estado, ou mesmo de mecanismos importantes deste.

A este processo todo tem se chamado de "institucionalização", ou seja, a construção de mecanismos de poder mais adequados a absorver os impactos da luta de classes que se adivinhavam seja pelo avanço da crise econômica, seja pela ociosidade e desgaste do regime repressivo nos moldes que vingou de 64 a 75.

As lutas operárias assustaram de início a burguesia mas esta logo se recompôs e já tinha se preparando para isso. E a palavra mágica passou a ser "A LEI". O regime anterior criara não só um clima de permanente insegurança para todas as forças de oposição a ele como também dotara a sociedade e

continua dotando de uma série de leis que restringem quase à impotência qualquer ação que venha a representar algum perigo sério a ordem constituída. É a LSN, a Lei de Greve, as modificações da CLT, da Constituição, a lei eleitoral, etc. O "novo" modelo político aceita a ação dos trabalhadores desde que dentro da lei. Para os "fora da lei", pau e cana. Tudo dentro da "melhor" democracia.

Neste processo todo, o parlamento foi, antes de tudo, um circo, uma fachada mambembe. Mas sobretudo para deixar uma aparência interna e externa, mas sobretudo para deixar uma retaguarda de esperança de ação política as camadas burguesas e médias da sociedade. Quando a ditadura precisava aprovar alguma lei e não conseguia maioria parlamentar, cassava o mandato de alguns deputados opositores, fechava provisoriamente o Congresso, corrompia descaradamente os "representantes" do povo, inventava senadores biônicos e outras mágicas. Como a permanência de dois partidos ameaçava tornar o parlamento inviável neste papel, multiplicou os partidos, fragmentou a oposição e "reinventou" a democracia. Se mesmo assim, a ameaça de uma maioria opositora aparece, aprova "pacotinhos" e "pacotões" sob medida para cada circunstância.

Enfim, o parlamento no Brasil nunca foi um órgão estrito de poder da burguesia, e menos ainda no período da ditadura militar. Mas para o projeto de "abertura e institucionalização", de interesse hoje das classes dominantes (no que são entusiasticamente apoiados por todas as classes medias), o parlamento representa, um papel a mais: o de cenário principal da reordenação de forças necessárias à consolidação do novo regime, de recipiente para onde devem ser orientadas todas as forças sociais pois que isto as impede de se organizarem e combaterem fora dos controles mais estritos da burguesia e dos militares, pulveriza a oposição e "redistribui" socialmente as responsabilidades pela crise e suas consequências políticas.

Esta estratégia não prevê abertura na Legislação Sindical. Tampoucos as oposições, incluindo o PT, coloca essa questão como condição para sua participação eleitoral.

A luta de classes sempre se dá em cima de condições reais e não ideais.

Os operários sempre que possível se aproveitaram das brechas abertas no sistema de dominação da burguesia para avançar seu movimento, usando as vezes as próprias armas do inimigo contra este. Mas a história da luta proletária provou até o cansaço que a revolução social não se concretiza através dos órgãos de poder da burguesia mas contra a permanência destes órgãos, destruindo-os e construindo outros condizentes com a necessidade do poder da nova classe. A confusão entre os meios e os fins, a aceitação da luta parlamentar como o eixo decisivo da luta operária sempre se revelou uma nova forma de dominação sobre os trabalhadores, sempre representou o abandono dos objetivos revolucionários em troca de algumas migalhas ou o atrelamento do operariado a alguma corrente política burguesa. A luta eleitoral e parlamentar dos trabalhadores pode ser uma escola onde eles aprendem a necessidade de uma outra democracia, a democracia socialista, na medida em que entendem a impossibilidade do capitalismo atender suas necessidades fundamentais. Mas pode representar, e tem representado na maioria dos países, o atrelamento do proletariado à ideologia democratista burguesa, ao reformismo e a social-democracia.

O PT ao situar o eixo de sua prática e de seu objetivo imediato na questão eleitoral e parlamentar, se encaminha rapidamente neste rumo. Para aceitar as "regras do jogo", desenvolveu uma pregação onde a meta é a "ampliação e consolidação do espaço democrático, da participação dos trabalhadores" quando este espaço se amplia é na luta de classes, na luta organizada dos trabalhadores que, aqui e no mundo, se dá principalmente fora dos parlamento; para ser aceito pela ordem dominante, decretou que no sindicato se fará sindicalismo e no partido e no parlamento, política, quando na luta de classes esta distinção não existe; decretou esgotadas as possibilidades políticas da luta operária praticamente antes mesmo das greves de 80 em São Bernardo quando estava longe uma situação em que a luta grevista tivesse se esgotado; o que tinha se esgotado, em parte, foi a condução da luta nos moldes da centralização legal em que tinha transcorrido; mas os trabalhadores não tinham sido esmagados, nem desmoralizados; apenas o desemprego crescente começava a se mostrar uma barreira ao ânimo de luta dos trabalhadores. Mesmo assim, inúmeras greves locais em fábricas importantes, a nova greve de São Bernardo, mostram que é grande o peso da vacilação da

direção operária no entendimento e condução destas lutas.

Uma nova onda grevista pode ser esperada, mas quais serão suas bases? O que se terá construído para que ela tenha uma base organizatória mais sólida, uma consciência mais clara de seus objetivos?

Para ser aceito, para não ser "vetado" como radical e anti-democrático, o PT diluiu a bandeira socialista jogando-a para um futuro remoto que ninguém sabe quando virã, negando aos trabalhadores aquela que seria a única bandeira capaz de diferenciá-lo substancialmente das outras frentes oposicionistas legais (o PMDB, o PDT). Apenas uma definição clara e inconfundível da meta socialista poderia ordenar o restante do programa de um partido de trabalhadores numa linha que não fosse um reforço a redemocratização nos moldes já tramados pelo poder. Apenas a defesa de uma democracia socialista de massa, centrada na organização nos locais de trabalho e de moradia, poderia significar uma diferenciação de uma política revolucionária, mesmo na ação eleitoral e parlamentar. Como desmistificar as eleições "empacotadas" e o parlamento da "abertura" sem mostrar por onde os trabalhadores constroem o seu verdadeiro poder de classes?

No momento em que as questões políticas começam a encontrar um eco nos trabalhadores (e isso não só pela proximidade do período eleitoral) e que não estão dadas as condições de um enfrentamento aberto de classe dos trabalhadores com os patrões com vistas a tomada do poder, três objetivos se destacam. Primeiro, é preciso avançar na construção de uma forte organização sindical desvinculada dos interesses e do controle patronal (o que inclui a ação dos pelegos e dos reformistas). Segundo, é preciso desenvolver uma firme consciência de classe no meio operário, para que os trabalhadores compreendam cada vez com maior clareza o caráter de classe da dominação burguesa e a necessidade de um poder operário, revolucionário, socialista. Terceiro, é preciso enfraquecer as bases de exercício do poder burguês que além da força são também os mecanismos institucionais que ao aparecerem como legítimos órgãos de representação da sociedade, iludem seu caráter de instrumentos de dominação e exploração sobre os trabalhadores.

por onde avançar

Dentro destes objetivos gerais, a tática se multiplica em uma série de meios e instrumentos que uma discussão detalhada precisa abordar. Para adiantar, destacamos:

- tanto a luta pela libertação sindical como a luta pelo desenvolvimento de uma consciência de classe revolucionária dos trabalhadores passa pela defesa e a criação de organismos de luta e representação direta dos trabalhadores, ainda que não reconhecidos ou admitidos pela lei; é na construção e na pratica destes organismos que se construirá as bases de uma participação efetiva e massiva dos trabalhadores, onde eles reconhecerão o caráter dominador das instituições do Estado burguês, se libertarão do paternalismo e poderão ser os donos de sua própria história.

- é preciso denunciar e desmascarar as "oposições" democráticas ao regime (tipo PMDB, PDT, PTB) como partidos e frentes burguesas e pequeno-burguesas cujo compromisso maior é com a democracia burguesa e com o sistema explorador e não com a revolução socialista. Nisto se incluem segmentos do próprio PT assim como sua política geral.

- continua presente a necessidade de se construir um partido revolucionário dos trabalhadores com fundas raízes no movimento que aglutine o que houver de mais avançado, mais consciente no meio operário em torno dos objetivos revolucionários. O PT não é esse partido. Parte do PT pode e deve estar entre os fundadores de tal partido mas a condição é a evolução para além das armadilhas legais e políticas estendidas pela conjuntura.

- não se enfraquece o poder da burguesia e da ditadura pela simples "ampliação e consolidação" da democracia. Já apontamos que a "consolidação" democrática representa hoje um interesse da própria burguesia. O que pode enfraquecer a burguesia é a criação de uma forte organização operária, sindical e politicamente independentes, isto é, fora do controle da burguesia e de seus aliados e servidores. Os trabalhadores bolivianos chegaram ao poder em 1952 contra a burguesia e as forças armadas, mas entregaram a direção de seu movimento a classe média que a devolveu à

burguesia. Ficou um forte sentimento classista, por exemplo, nos mineiros bolivianos, que defendem sua independência e autonomia a bala e sangue a cada nova investida burguesa. Mas os militantes políticos não devem pensar apenas em "conquistar espaços", "avançar". Tem que pensar em uma forma de se organizar para ganhar a briga até a última batalha. A resposta da burguesia e seus aliados aos nossos fracassos é o massacre e a renovação da exploração a níveis superiores. A história da luta operária na maioria dos países capitalistas está afogada no sangue dos que se deixaram seduzir pelas ilusões burguesa ou que estancaram no meio do caminho para garantir e institucionalizar as conquistas".

As eleições parlamentares são, tradicionalmente, um momento de agitação política ampla e nacional. Cabe aos trabalhadores aproveitarem este momento para ampliar sua denuncia, para reforçar sua organização, para aumentar a coesão em suas fileiras. O cargo parlamentar pode ser aproveitado hoje como um alto-falante de nossas bandeiras e nossos interesses muito mais do que para a "aprovação de leis" que nos beneficiem.

A burguesia não é tola. Montou, porém, uma ratoeira e ao que tudo indica o PT está mordendo o queijo. As exigências para a formação e existência legal de um partido político são tão extensas e complicadas que obrigaram os membros do PT a meses de um trabalho político que foi, quase que exclusivamente, a "formação e legalização do partido (em detrimento da organização e da luta dos trabalhadores); em seguida, novos "pacotes" federais obrigam a ter candidatos em todos os níveis e todos os lugares, acentuando no PT a luta desenfreada e pouco fraternal por cargos, indicações (a ponto de, em alguns lugares, cada militante ser um candidato). etc., em detrimento de um debate sobre as questões fundamentais do movimento e a construção de uma unidade maior em cima disso.

Em resumo, o PT se configurou, principalmente, como uma frente eleitoral, a esquerda do PMDB, é certo, mas que está longe de assumir os objetivos centrais e inadiáveis dos trabalhadores. Na prática, dissemina a ideia que um partido operário tem que ser legal, caso contrário, é um grupelho. Ao diluir a questão de sua bandeira socialista ("para garantir seu trânsito

legal") elimina o que seria determinante para construir uma referência classista para os trabalhadores, diferenciada das propostas burguesas e pequeno burguesas.

Ao não assumir este papel e estas tarefas o PT se transforma num meio frágil de organização operária, que serve de contra-medida nas maquinações burguesas mas sem força para desenvolver uma política própria; pode até obter uma votação razoável nas eleições, mas voto, bem o sabemos, não representa um compromisso direto e político, ao menos em nosso país . O PT, na linha em que se desenvolve fica desarmado para enfrentar novos "pacotes" que podem, inclusive, acabar com ele, se esta for a vontade dos "empacotadores" e se desarma também como a possível direção radical das lutas operárias que virão.